

FICHA TÉCNICA

7.^a Edição

Banco de Moçambique

Gabinete de Inclusão Financeira

Av. 25 de Setembro, 1695

Tel. (+258) 21354600

Caixa Postal:423

www.bancomoc.mz

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	5
1. INTRODUÇÃO.....	8
2. PONTO DE SITUAÇÃO DO PLANO DE ACÇÕES DA ENIF 2016-2022.....	9
2.1 PILAR I - ACESSO E USO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	9
2.2 PILAR II - FORTALECIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA FINANCEIRA.....	14
2.3 PILAR III - PROTECÇÃO DO CONSUMIDOR E EDUCAÇÃO FINANCEIRA	15
3. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO	19
4. INDICADORES DE INCLUSÃO FINANCEIRA.....	20
4.1 ACESSO (GEOGRÁFICO E DEMOGRÁFICO)	20
4.1.1 Total de Pontos de Acesso	20
4.1.2 Acesso Demográfico e Geográfico	21
4.1.3 Distritos com Cobertura de Pontos de Acesso a Serviços Financeiros	23
4.2 USO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	25
4.2.1 Bancarização da Economia	25
4.2.2 Intermediação e Poupança Financeira.....	27
4.2.3 Moeda Electrónica	30
4.2.4 Banca Electrónica	31
4.3 MERCADO SEGURADOR	34
4.4 MERCADO DE CAPITAIS.....	35
5. ÍNDICE DE INCLUSÃO FINANCEIRA	40
6. PONTO DE SITUAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO SANDBOX REGULATÓRIO.....	41
7. INICIATIVAS DO GOVERNO PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA	42
7.1 PROJECTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DISTRITAL.....	42
7.2 PROJECTO UM DISTRITO, UM BANCO.....	43
7.3 PROJECTO SUSTENTA.....	44
7.4 PROJECTO GRUPOS ROTATIVOS DE POUPANÇA E CREDITO (GPCR).....	44
7.5 BANCARIZAÇÃO DOS PENSIONISTAS DO SISTEMA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO	46
8. MONITORIA E AVALIAÇÃO DA ENIF	46
8.1 GRAU DE CUMPRIMENTO DO PLANO DE ACÇÕES	46
8.2 GRAU DE CUMPRIMENTO DAS METAS DE INCLUSÃO FINANCEIRA.....	51
8.1.1 Metas Globais	51
8.1.2 Metas Específicas.....	53
9. CONCLUSÃO.....	55
ANEXOS	58
ANEXO 1: DISTRIBUIÇÃO DE PONTOS DE ACESSO PELOS 154 DISTRITOS DE MOÇAMBIQUE (2021)	58
ANEXO 2: LEGISLAÇÃO RELEVANTE PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA	62

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Pilar I – Acesso e Uso de Serviços Financeiros	10
Quadro 2 - Pilar II - Fortalecimento da Infra-estrutura Financeira	15
Quadro 3 - Pilar III - Protecção do Consumidor e Educação Financeira	17
Quadro 4 - Grau de Cumprimento do Pilar I – Acesso e Uso de Serviços Financeiros.....	47
Quadro 5 - Grau de Cumprimento do Pilar II – Fortalecimento da Infra-estrutura Financeira	49
Quadro 6 - Grau de Cumprimento do Pilar III – Protecção do Consumidor e Educação Financeira	50

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Total de Instituições Bancárias, de Microfinanças e Não Bancárias	20
Tabela 2: Total de Pontos de Acesso	21
Tabela 8: Índice de Acesso Geográfico, Demográfico e de Uso	41
Tabela 9: Fundo de Desenvolvimento Distrital	42
Tabela 10: Projecto Um Distrito, um Banco 2021	43
Tabela 11: Projecto Sustenta 2021	44
Tabela 12: Informação Estatística sobre Grupos de Poupança em 2021	45
Tabela 13: Nível de Bancarização dos Pensionistas do INPS em 2020	46
Tabela 14: Nível de Execução do Plano de Acções da ENIF	47
Tabela 15: Nível de Execução das Metas Globais de Inclusão Financeira em 2021	52
Tabela 16: Nível de Execução das Metas Específicas de Inclusão Financeira em 2021	53

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pontos de Acesso por 100 Mil Adultos.....	22
Gráfico 2: Pontos de Acesso por 10 Mil km ²	22
Gráfico 3: Pontos de Acesso por Província por 10 mil adultos	23
Gráfico 4: Pontos de Acesso por Província por 10 mil Km ²	23
Gráfico 5: Distritos cobertos por tipo de Ponto de Acesso.....	23
Gráfico 6: Evolução do Número de Contas Bancárias por 1000 Adultos (Homens e Mulheres).....	25
Gráfico 7 - Contas Bancárias por Mil Adultos em 2021	27
Gráfico 8 - Os 20 Distritos Mais Bancarizados do País em 2021	27
Gráfico 9: Crédito e Depósitos Totais em Percentagem do PIB	28
Gráfico 10: Crédito e Depósitos Totais por 1000 Adultos	28
Gráfico 11 - Crédito em Percentagem do PIB por Província	29
Gráfico 12 - Depósitos em Percentagem do PIB por Província	29
Gráfico 13: Concentração em Percentagem do Crédito concedido por Sector.....	29
Gráfico 14 - Depósitos por Género	30
Gráfico 15 - Créditos por Género	30
Gráfico 16 - Subscritores de Telefonía Móvel e de Moeda Electrónica.....	30
Gráfico 17 - Agentes de IME por 100 Mil Adultos	30
Gráfico 18: Composição da Carteira de Volume de Transacções Bancárias por mil adultos.....	32
Gráfico 19: Capitalização Bolsista.....	36
Gráfico 20 - Evolução do IIF 2005-2021	40
Gráfico 20 - População adulta com acesso aos serviços financeiros serviços bancários	53
Gráfico 21 - Percentagem de população adulta com não bancários providos por instituições de moeda electrónica.....	53
Gráfico 22 Distritos com pelo menos um ponto de acesso aos serviços financeiros formais	53
Gráfico 23 - População com um ponto de acesso aos serviços financeiros a menos de 5 km do local de residência ou trabalho (GIS)	53

ÍNDICE DE CAIXAS

Caixa 1: Inclusão Financeira em Sofala.....	32
Caixa 2: Mapeamento Georreferenciado dos Pontos de Acesso aos Serviços Financeiros e sua relevância para a Inclusão Financeira.....	39

LISTA DE SIGLAS

AFI	Alliance for Financial Inclusion
AMS	Associação Moçambicana das Seguradoras
ASCAs	<i>Accumulating Saving and Credit Associations</i>
ATM	Caixas Automáticas
BM	Banco de Moçambique
BVM	Bolsa de Valores de Moçambique
CNIF	Comité Nacional de Inclusão Financeira
CRC	Central de Registo de Crédito
ENIF	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
FARE	Fundo de Apoio à Reabilitação Económica
FDD	Fundo de Desenvolvimento Distrital
FFH	Fundo de Fomento da Habitação
GRPC	Grupos Rotativos de Poupança e Crédito
IIF	Índice de Inclusão Financeira
IME	Instituições de Moeda Electrónica
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social
ISSM	Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique
IPEME	Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas
KYC	<i>Know Your Customer</i>
MEF	Ministério de Economia e Finanças
MGCAS	Ministério do Género Criança e Acção Social
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MINEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
MPME	Micro Pequenas e Médias Empresas
MTC	Ministério dos Transportes e Comunicações
PCR	Grupos de Poupança e Crédito Rotativo
PIB	Produto Interno Bruto
POS	<i>Point of Sale</i> (Terminais de Pontos de Venda)
PROMER	Programa de Apoio aos Mercados Rurais
SNP	Sistema Nacional de Pagamentos

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Governo de Moçambique lançou, em 2016, a Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) 2016-2022, que visa fornecer uma abordagem estruturada para a implantação de políticas e acções prioritárias para o estabelecimento de mecanismos de monitoria, avaliação e coordenação de actividades a serem levadas a cabo pelos diversos intervenientes, visando acelerar o processo de construção de uma sociedade financeiramente incluída em Moçambique.

Com efeito, em 2021, Moçambique manteve, a nível regional e internacional, a sua política de cooperação e colaboração com diversas instituições, em matérias de inclusão financeira. Na qualidade de membro da Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), em 2021 beneficiou de apoio, no âmbito do programa denominado *In-Country Implementation Program* (ICI), para a realização do Diagnóstico Nacional de Literacia Financeira no país, previsto para o primeiro semestre de 2022.

No âmbito da inovação tecnológica, inserida nos compromissos do Acordo de Sochi, sobre a operacionalização do Sandbox Regulatório para *fintechs*, em 2021, decorreu o encerramento da 2.^a edição do Sandbox Regulatório do BM, com aprovação de duas *fintechs*, e o lançamento da 3.^a edição, na qual participam dez concorrentes.

No domínio de aprimoramento do quadro legal e regulamentar no sector financeiro, foram elaboradas, no período em análise, propostas de normativos com apoio da AFI, em áreas de regulamentação do *Know Your Customer* (KYC) por níveis e de supervisão de empresas prestadoras de serviços de pagamentos. Em adição, entrou em vigor, no mesmo período, a Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro (Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), contendo elementos importantes para o processo de promoção de inclusão financeira, com destaque para a inclusão das empresas prestadoras de serviços de pagamentos como espécie de sociedades financeiras, que se podem constituir em três categorias, nomeadamente, instituições de moeda electrónica (IME), instituições de transferência de fundos e agregadores de pagamento.

No respeitante a coordenação institucional entre os diversos sectores de actividade económica e instituições do Governo, foram realizadas 12 reuniões dos grupos de trabalho do Comité Nacional de Inclusão Financeira (CNIF), sendo três para cada grupo de trabalho e três reuniões plenárias, onde foram debatidas matérias de interesse à inclusão financeira, com destaque para os desafios e perspectivas da avaliação do nível de cobertura nacional de documentos de identificação, evolução do sector de micro-seguros no país, papel das garantias móveis e imóveis para inclusão financeira, perspectivas e desafios da educação digital para inclusão financeira, entre outras.

Em 2021, o sistema financeiro moçambicano contou com 37 instituições de crédito, contra 40 registadas em 2020, das quais 16 bancos, 12 microbancos, uma sociedade de investimentos (contra uma, em 2020), cinco cooperativas de crédito (contra sete, em 2020) e três IME. Igualmente, contou com um total de nove sociedades financeiras, das quais uma sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito (contra duas, em 2020) e oito casas de câmbio (contra dez, em 2020). Contou, ainda, com 1.598 operadores de

microfinanças (contra 1.124, em 2020), dos quais 12 organizações de poupança e empréstimo e 1.586 operadores de microcrédito. Por fim, um total de 33 instituições na categoria “outras instituições financeiras”, das quais 19 seguradoras e 14 operadores de bolsa.

No concernente à bancarização da economia, medida em termos de número de contas bancárias por 1.000 adultos, em 2021 registou-se 315 contas bancárias por cada 1000 adultos, contra 314, em 2020. Registou-se, igualmente, um incremento no número de contas bancárias, ao passar de 5.116.741, em 2020, para 5.293.240, em 2021, representando um crescimento de 3,4%. Em termos de expansão das contas em moeda electrónica, em 2021, o país passou a contar com cerca de 67,2% da sua população adulta com uma conta em moeda electrónica aberta junto das IME, contra 66,4% em 2020.

Em termos de acesso físico, em 2021, o país passou a contar com, pelo menos, um ponto de acesso em todos os distritos. Por outro lado, de um total de 154 distritos, o país passou a contar com 152 distritos cobertos por agentes de IME e 101 distritos com cobertura de agentes bancários, representando um nível de cobertura de 98,7% e 65,6% do total de distritos, respectivamente, ou seja, um incremento de 7,8pp e 4,1pp, respectivamente, quando comparado ao ano anterior (2020).

Neste período, o nível de intermediação financeira, medido em termos do crédito à economia em percentagem do produto interno bruto (PIB)¹, fixou-se em 24,2%, representando uma variação negativa de 0,4pp face a 2020. Observou-se, igualmente, a uma tendência decrescente do financiamento bancário calculado em termos demográficos. Com efeito, por cada 1.000 adultos foram concedidos 14,3 milhões de meticais (MT), contra 14,7 milhões de meticais, em 2020.

O nível de poupança financeira medida pelos Depósitos Totais em percentagem do PIB, situou-se em torno dos 53,0% do PIB, em 2021, representando uma queda face ao ano de 2020, em 1,1 pp. Por seu turno, a poupança financeira analisada em termos demográficos, não fugiu da moda, ao situar-se em 30,2 milhões de MT por cada 1.000 adultos, em 2021, contra 32,4 milhões de MT observados em 2020, representando uma redução de 2,9%.

Na dimensão de uso de serviços financeiros sublinha-se que, no período em análise, 67,2% da população adulta contou com uma conta aberta junto das IME, contra 66,4% registado em 2020. Esta cifra (67,2%) representa uma execução da meta da ENIF 2016-2022, estabelecida para 2022, acima em 7,2pp.

No que respeita à penetração do mercado de seguro, até ao terceiro trimestre de 2021, o mercado de seguro operou com 21 instituições seguradoras (13 seguradoras que exploram os ramos Não Vida, quatro que exploram exclusivamente o ramo Vida e outras quatro que exploram, cumulativamente, os dois ramos). Estas cifras representam, em termos nominais, um crescimento em torno dos 5,9%, em relação a igual período de 2020, e a taxa de penetração de seguros na economia manteve-se em 1,7%.

Em 2021, a capitalização bolsista, principal indicador do mercado bolsista, evoluiu de 114.216,65 milhões de MT, em 2020, para 126.105,40 milhões de MT, em 2021, representando um crescimento em 18,9% e, em termos de proporção do PIB, a capitalização bolsista situou-se em 11,2%.

¹ PIB provisório com base em projecções.

O Índice de Inclusão Financeira (IIF) global calculado pelo BM situou-se em 12,76 pontos, em 2021, contra os 13,93 pontos registados em 2020, reflectindo uma redução de 1,2 pontos. Esta queda resulta, fundamentalmente, da redução dos pontos de acesso (agências bancárias, microbancos e cooperativas de crédito, agentes bancários, ATM e POS), com especial enfoque na cidade de Maputo, bem como da retracção da actividade económica ao longo do período em análise (efeito COVID-19).

O IIF, ao nível das províncias, continua, ainda assim, maior na cidade de Maputo (82,69 pontos), seguido da província de Inhambane (10,36 pontos) e Maputo (9,95 pontos). Os níveis mais baixos observam-se nas províncias da Zambézia (2,84 pontos) e Niassa (3,67 pontos).

No quadro das iniciativas do Governo orientadas para a inclusão financeira da população rural, há a destacar, em 2021, a realização das seguintes acções:

- À luz do projecto “Um distrito, um banco”, foram instaladas três agências, perfazendo um total de 45 agências desde 2016, ano de lançamento do projecto;
- O projecto Sustenta, na campanha agrária 2020/2021, beneficiou 103 distritos em oito províncias do país (excepto Inhambane, Maputo Província e Maputo Cidade), sendo que no global, o programa abrangeu, directa e indirectamente, 291,241 beneficiários.
- Como benefícios da digitalização de pagamentos do Estado (G2P), no sistema obrigatório de Previdência Social do Estado, o Instituto Nacional de Previdencia Social (INPS) elevou o efectivo de pensionistas pagos via transferências às respectivas contas bancárias, de um total de 165.722 pensionistas, em Dezembro de 2020, para cerca de 184.433 pensionistas, em Dezembro de 2021, representando um incremento de 18.711 pensionistas, passando para 95% dos pensionistas a receberem as suas pensões via transferências bancárias.

Quanto ao grau de cumprimento do plano de acções da ENIF, até 2021, do total das 54 acções inscritas no Plano de Acções da ENIF 2016-2022, 17 acções (31%) foram realizadas, 21 acções (39%) encontram-se em curso, quatro acções ainda não foram iniciadas (7%) e 12 acções (22%) são de carácter permanente.

Apesar dos desenvolvimentos notáveis registados ao longo de 2021, persistem os desafios para a melhoria dos níveis de inclusão financeira, sobretudo nas zonas rurais. Assim, com vista a garantir a implementação efectiva e alcance dos objectivos da ENIF, deverão ser definidas acções que possam ter impacto a curto prazo (12 meses) na inclusão financeira, dentre as quais:

- A aprovação da Regulamentação do KYC por níveis; o Quadro de licenciamento e supervisão das Fintechs; e o Regime geral de contas bancárias;
- A conclusão da interoperabilidade dos serviços financeiros prestados pelas instituições bancárias através da rede única nacional;
- A realização do Diagnóstico Nacional de Literacia Financeira, visado a colecta de dados de base para constar do quadro de monitoria e avaliação do Programa Nacional Único de Educação Financeira; e
- A expansão dos níveis de cobertura dos serviços de telefonia móvel.

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Inclusão Financeira enquadra-se no âmbito da implementação da ENIF 2016-2022, a qual atribui ao Banco de Moçambique, na sua qualidade de Unidade Técnica de Implementação, a responsabilidade de produzir um relatório anual de inclusão financeira e realizar as actividades da sua divulgação aos integrantes das estruturas de coordenação das estratégias de inclusão financeira e de desenvolvimento do sector financeiro, bem como ao público no geral.

A inclusão financeira é essencial para um desenvolvimento económico sustentável. A sua importância tem se elevado à medida que, internacionalmente, se reconhece o papel que a mesma tem no estímulo à poupança financeira, no financiamento à economia e, conseqüentemente, na expansão da actividade económica, geração de renda e redução da pobreza, resultando no desenvolvimento económico, na redução das desigualdades sociais e na melhoria do bem-estar da população, no geral.

Nesta conformidade, o governo de Moçambique lançou, em 2016, a ENIF para o período 2016-2022, assente em três pilares, nomeadamente: i) acesso e uso de serviços financeiros, ii) fortalecimento da infra-estrutura financeira e iii) protecção ao consumidor e educação financeira. A ENIF apresenta uma abordagem estruturada para o estabelecimento, por um lado, de políticas e acções prioritárias e, por outro, de mecanismos de monitoria, avaliação e coordenação entre os diversos intervenientes, visando aumentar o acesso e uso de produtos e serviços financeiros.

O sucesso da ENIF está associado às condições da economia, sector financeiro, bem assim, ao nível de envolvimento do Governo e seus parceiros, incluindo o sector privado. Apesar dos desafios macroeconómicos e fiscais registados nos últimos anos, foram implementadas várias acções e outras em curso, através de diversas instituições ao nível do Governo, sector privado e parceiros, visando promover a expansão de pontos de acesso aos serviços e produtos financeiros no país, com especial destaque para as zonas rurais.

Em 2021, foram registados progressos assinaláveis nas acções programadas na ENIF. Das 54 acções inscritas no Plano de Acções da ENIF 2016-2022, 17 acções (31%) foram realizadas, 21 acções (39%) encontram-se em curso, quatro acções ainda não foram iniciadas (7%) e 12 acções (22%) são de carácter permanente.

Relativamente às metas globais de inclusão financeira estabelecidas para o ano 2022 há a assinalar um incremento de um total cumulativo de 5.116.741 contas bancárias, em 2020, para 5.293.240, em 2021, correspondendo a um crescimento de 3,4%. Quanto às contas em moeda eletrónica, 67,2% da população adulta tinha, em 2021, uma conta aberta junto de uma IME, contra 66,4%, em 2020. Adicionalmente, foi alcançada a meta de 100% dos distritos com, pelo menos, um ponto de acesso aos serviços financeiros formais e foi superada em 7,2pp a meta de 60% da população adulta com acesso aos serviços financeiros não bancários providos por IME.

Para o alcance dessas metas, concorreu o esforço conjunto em acções implementadas e em curso, de instituições do Governo, do sector privado e parceiros, visando a promoção da expansão de

pontos de acesso aos produtos e serviços financeiros; a utilização efectiva dos produtos e serviços financeiros; bem assim, a melhoria dos níveis de educação e literacia financeira do público em geral e de protecção dos consumidores destes produtos e serviços.

O presente relatório anual de inclusão financeira apresenta a evolução da inclusão financeira no país até 31 de dezembro de 2021, com destaque para o grau de cumprimento do plano de acções da ENIF, a evolução e monitoria do progresso das metas definidas e identifica os principais desafios que irão corporizar as prioridades para o último ano de vigência da ENIF 2016-2022.

2. PONTO DE SITUAÇÃO DO PLANO DE ACÇÕES DA ENIF 2016-2022

À luz das recomendações da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro de Moçambique 2013-2022 e da ENIF 2016-2022, o governo de Moçambique tem vindo a desencadear um conjunto de acções tendentes a garantir a disponibilidade e acessibilidade de produtos e serviços financeiros para responder às necessidades e contribuir para o bem-estar e o progresso económico e social da maioria da população moçambicana, promovendo, por esta via, a inclusão financeira.

Nesta perspectiva, apresenta-se, neste capítulo, as acções mais recentes desenvolvidas por vários intervenientes, membros do CNIF, no domínio regulamentar, infra-estrutural, de protecção do consumidor e de educação financeira, orientadas para o cumprimento dos objectivos propostos em cada pilar da ENIF.

2.1 Pilar I - Acesso e Uso de Serviços Financeiros

Nos termos dos compromissos do Acordo de Sochi, atinentes à operacionalização do Sandbox Regulatório para Fintechs, em 2021, decorreu o encerramento da segunda edição do Sandbox, onde foram aprovadas duas *fintechs*, de um total de sete participantes, sendo que três continuam a realizar testes das suas soluções em ambiente real e outras duas abdicaram de participar.

Em Novembro de 2021, procedeu-se ao lançamento da 3.^a edição do Sandbox Regulatório, que contou com a participação de dez *fintechs* seleccionadas por concurso publico realizado em Setembro do mesmo ano.

O Governo, através do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos (Direcção Nacional dos Registos e Notariados), procedeu ao mapeamento das pessoas elegíveis à campanha de registo de nascimento e emissão de bilhetes de identificação para abertura de contas bancárias na província de Niassa, no distrito de Cuamba e na província da Zambézia, nos distritos de Gurué e Alto Molócue, orientado pelos funcionários da Mozambique Leaf Tobacco Company e dos bancos comerciais locais.

Teve início em 2021, com o financiamento do Fundo de Apoio à Reabilitação Económica (FARE), a preparação da campanha de registos de nascimento aos membros e grupos de associações de poupança de créditos acumulados nas zonas rurais e emissão de bilhetes de identificação para

adesão aos serviços financeiros, com vista a expansão e acesso dos demais moçambicanos aos serviços financeiros nas zonas rurais.

Na campanha agrária 2020/2021, o Programa SUSTENTA do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural (MITADER) beneficiou 103 distritos em oito províncias do país (excepto Inhambane, Maputo Província e Maputo Cidade), onde foram financiados 543 pequenos agricultores comerciais emergentes (PACE) para atender 112,000 pequenos agricultores (PA), correspondentes a 56,040 agregados familiares (AF).

Paralelamente, outros 181 empreendedores do sector agrário das províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Manica, Sofala e Gaza receberam um financiamento directo, sendo que, no global, o programa abrangeu, directa e indirectamente, 291,241 beneficiários.

Uma outra acção de destaque é que, de um total de 219.561 pensionistas pagos em Dezembro de 2021 pelo INPS, 184.433, correspondente a 84%, foram pagos via transferências às respectivas contas bancárias. Em 2021, o Absa, o Millennium BIM e o Standard Bank materializaram a disponibilização de canal de acesso electrónico aos respectivos sistemas, para o pagamento de pensões directamente à conta de cada pensionista, à luz do desiderato de integração de pensionistas no Sistema Único Centralizado de pagamento de pensões. Entretanto, está em curso a integração de outras instituições financeiras que operam no país.

No que concerne a facilitação da retenção na fonte dos valores de reembolso de empréstimos concedidos no âmbito da implementação de programas de concessão de financiamento aos pensionistas, tornou-se também realidade nos prestadores de serviço financeiros, designadamente BayPort, Letshego e Fundo da Paz.

Apresenta-se, no quadro abaixo, o ponto de situação das actividades do Plano de Acções da ENIF para o ano de 2021, atinentes ao Pilar 1, no qual, de um total de 31 acções estabelecidas para o período 2016-2021, dez (32,26%) foram concluídas, 14 acções (45,16%) estão em curso, três acções (12,90 %) não foram iniciadas e quatro acções (9,68 %) são de carácter permanente.

Quadro 1 - Pilar I – Acesso e Uso de Serviços Financeiros

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de situação
<i>Expandir e diversificar a rede de pontos de acesso aos serviços financeiros</i>	1. Promover uma ampla aplicação do Aviso n.º 3/2015, sobre o Regime de Acesso e Exercício da Actividade de Agentes Bancários.	BM AMB	Concluída - Foi aprovado o Aviso n.º 10/GBM/2020, de 17 de Dezembro sobre o Regulamento para o exercício da actividade de Agente Bancário, que congrega a categorização dos agentes.
	2. Com base no mapeamento geoespacial, definir possíveis medidas regulamentares para complementar a futura rede de agentes em zonas desfavorecidas, como a criação de agências <i>light</i> .	BM	Concluída - o processo de mapeamento geoespacial é contínuo em função da dinâmica do mercado. Entretanto com a aprovação do Aviso N.º 10/GBM/2020, de 17 de Dezembro, sobre o Regulamento para o exercício da actividade de Agente Bancário, foram definidas medidas regulamentares que permitem a flexibilidade da actividade dos agentes bancários.

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de situação
<i>Aprimorar o quadro legal e regulamentar para a expansão dos produtos e serviços</i>	3. Criar, regulamentar e promover a conta bancária básica.	BM	Em curso. O Banco de Moçambique submeteu ao Conselho de Ministros a proposta de Lei atinente ao Regime Jurídico das Contas Bancárias.
	4. Propor uma regulamentação específica sobre a abertura e movimentação de contas bancárias, incluindo a redução da idade mínima, e promover a conta bancária básica.	BM GIZ	Em curso. O BM submeteu ao Conselho de Ministros a proposta de Lei atinente ao Regime Jurídico das Contas Bancárias.
	5. Promover pagamentos electrónicos (expansão de POS).	BM MIC	Em curso. Em revisão o Aviso que estabelece o regime de encargos e comissões, no qual se propõe a não cobrança de encargos bancários nas transacções electrónicas (inclui o uso dos terminais POS para se efectuar pagamentos); redução de comissões em outros canais de pagamento, tais como, <i>smartphone, internet banking, mobile banking</i> ; e imputar aos provedores os custos referentes ao pagamento de bens e serviços (água, luz, telefone, TV, etc.).
	6. Estabelecer um quadro regulamentar único para a actividade de emissão de moeda electrónica.	BM GIZ	Em curso. Foi aprovada pela Assembleia da República a Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro, Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e igualmente está em curso a revisão da Lei de Sistema Nacional de Pagamentos.
	7. Aprimorar o quadro regulamentar para garantir a eficiência, concorrência e segurança das transacções electrónicas no sistema financeiro.	BM	Concluída. Foi aprovada a Lei das Transacções Electrónicas, Lei n.º 3/2017, de 3 de Janeiro.
	8. Criar um quadro legal, regulamentar e de supervisão para a actividade de transferências bancárias domésticas e internacionais (<i>money transfers</i>).	BM	Concluída. Foi aprovado o Decreto n.º 99/2019, de 31 de Dezembro, que cria o regime jurídico das empresas prestadoras de serviços de pagamento e o Banco de Moçambique aprovou os respectivos capitais mínimos através do Aviso n.º 3/GBM/2020, de 23 de Abril.
	9. Criar um quadro regulamentar para a expansão de produtos de microsseguros simplificados.	ISSM ²	Concluída. Aprovadas as directrizes sobre prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo aplicáveis ao sector segurador, pelo Aviso n.º 1/CA-ISSM/2019, de 30 de Maio.
	10. Criar serviços de seguros por meio de telemóvel.	ISSM AMS ³	Concluída. Foi implementado o uso de serviços de seguros por meio do telemóvel em duas companhias de seguros. No entanto, há espaço para a criação de mais serviços.
	11. Criar um quadro regulamentar para a expansão de produtos de microsseguros simplificados.	ISSM	Em curso. O ISSM está em reflexão sobre a possibilidade de elaboração de um quadro legal específico para o micro-seguro, separado do Regime Jurídico dos Seguros, de modo a permitir maior flexibilidade na sua implementação.

² Instituto de Supervisão das Seguros de Moçambique

³ Associação Moçambicana das Seguradoras

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de situação
<i>Aprimorar o quadro legal e regulamentar para a expansão dos produtos e serviços</i>	12. Fortalecer a capacidade de supervisão do ISSM.	ISSM	Em curso. O ISSM continua a beneficiar de uma assistência técnica do Banco Mundial para fortalecer a sua capacidade de supervisão. Adicionalmente, tem levado a cabo acções internas de capacitação de quadros, bem como um projecto de modernização dos Sistemas de Informação para suporte à Supervisão e Estatística.
	13. Criar um quadro regulamentar para o desenvolvimento do financiamento com base em certificados de depósito.	MIC ⁴	Em curso. Elaborados os Termos de Referência para a Revisão do Estatuto Geral das micro, pequenas e médias empresas (MPME) que vai definir incentivos para o crescimento deste sector, sobretudo nos domínios do acesso a financiamentos e melhoramento de capacidades produtivas e competitivas.
	14. Promover campanhas de registo dos cidadãos nacionais e disponibilização de documentos de identificação.	MJCR	Concluída. Realizada campanha de registo de nascimento e emissão de Bilhetes de Identificação no âmbito do Projecto “Direito a Ter Direito”, na província de Niassa, nos distritos de Lichinga, Lago, Sanga, Muembe e Chimbonila. Como resultado desta actividade foram registadas 62.746 pessoas.
	15. Criar um programa nacional de finanças para habitação.	FFH ⁵	Em curso. Foi apresentado ao CNIF uma proposta com reflexões sobre o financiamento à habitação.
	16. Pagar aos pensionistas e beneficiários do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) por meios electrónicos que facilitem a inclusão financeira.	INSS	Em curso. O INSS passou a fazer uso exclusivo de meios de pagamento electrónicos, através de transferências em massa e pagamentos através de contas bancárias. O INPS continua a implementar o processo de integração de pensionistas no Sistema Único Centralizado de Pagamento de Pensões.
	17. Pagar aos beneficiários dos programas de acção social por meios electrónicos que facilitem a inclusão financeira.	MGCAS ⁶	Em curso. Ao nível do INPS, está em curso a implementação do Projecto de Sistema Único Centralizado de pagamento de pensões, que teve início em Junho de 2018, cujo efectivo de pensionistas pagos pelo INPS é de 218 223 pensionistas (até 30 de Setembro de 2021), dos quais 95% recebem as suas pensões via transferências bancárias. Ao nível do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), no âmbito dos Pagamentos Digitais de Protecção Social, cerca de 17 mil beneficiários do INAS em áreas urbanas já receberam transferências digitais, na sequência de um novo pagamento em massa de subsídios para carteiras móveis, iniciado em Maio de 2021.
	18. Desenvolver produtos de microsseguros orientados às MPME, agricultores, <i>mukheristas</i> , vendedores de mercados e população de baixa renda.	ISSM AMS	Concluída. Foram criados dois produtos de microsseguros, contudo, os mesmos não têm uma orientação específica. Podem ser usados por empresas assim como por singulares. Há ainda espaço para o desenvolvimento de mais produtos.

⁴ Ministério da Economia e Finanças

⁵ Fundo de Fomento de Habitação

⁶ Ministério do Género, Criança e Acção Social

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de situação
	19. Desenvolver produtos de financiamento, de poupança e de pagamentos adequados à população de baixa renda, MPME e agricultores.	BM AMB IME	Em curso. A AMB publicou, em parceria com a GIZ, um estudo sobre as barreiras de financiamento ao sector agrícola. O estudo apresenta os produtos oferecidos pelos bancos para agricultura. Uma actividade planificada para 2022 é a elaboração de <i>product sheets</i> de productos de poupança para populações de baixa renda.
<i>Aprimorar o quadro legal e regulamentar para a expansão dos produtos e serviços</i>	20. Recolher informação estatística adicional relevante para a compilação dos indicadores de inclusão financeira.	BM ISSM	Em curso. Aprovado o Aviso n.º 04/GBM/2020, de 23 de Abril e a Circular n.º 002/EMO/2020, de 13 de Agosto, que estabelece o regime jurídico da remessa da informação estatística, que visa acompanhar as várias formas de transmissão de fundos entre os agentes económicos, residentes e não residentes, bem assim dos volumes, valores, instrumentos ou obrigações de pagamento. Consolidada a recolha da informação via BSA (<i>Bank Supervision Application</i>). Desde 2019 até esta parte, o ISSM tem estado a recolher, anualmente, dados estatísticos adicionais, que, no geral, mostram, mesmo sem muita precisão, o aumento ou redução de inclusão financeira.
	21. Realizar eventos de disseminação de conhecimentos (<i>workshops</i> e cursos) sobre modelos de negócios voltados a segmentos de baixa renda, agricultores ou MPME, e respectivos modelos de gestão de riscos.	BM ISSM AMB AMS	Ação permanente. O BM, ISSM e Bolsa de Valores Moçambique (BVM) têm estado a levar a cabo diversas acções no quadro da protecção do consumidor em matérias de seguro, serviços e produtos bancários, mercados de capitais e educação financeira, com destaque para apresentação de palestras. Devido à pandemia de COVID-19, os eventos passarão a ser virtuais, mas com menos frequência e amplitude. A AMB realizou um <i>webinar</i> visando a apresentação do estudo sobre barreiras ao financiamento ao sector agrícola ao sector bancário. O próximo passo é a divulgação do estudo às outras instituições relevantes.
	22. Criar mecanismos de formação de profissionais do mercado de seguros (actuários)	ISSM AMS	Ação permanente. O ISSM tem assistido à introdução de cursos sobre seguros em várias instituições de ensino no país, com destaque para a introdução do curso de Actuariado, ao nível de Mestrado, na Universidade Eduardo Mondlane, e ao nível de Licenciatura, na UniZambeze.
	23. Realizar estudo sobre os fluxos de pagamentos em massa no sector privado, que poderiam ser digitalizados.	BM	Concluído. O subgrupo de Trabalho sobre Serviços Financeiros Digitais do CNIF procedeu, em parceria com a Internacional Capital Corporation (ICC), a realização de um estudo sobre o mapeamento dos pagamentos digitais do Governo, que envolveu os pagamentos de todo o ecossistema, incluindo o Governo, as empresas, o cidadão e parceiros de cooperação.
	24. Realizar estudo diagnóstico sobre o mercado de transferências domésticas e internacionais.	BM	Não iniciada.
	25. Realizar o estudo da inclusão financeira com base numa abordagem do lado da procura.	BM	Concluído. A realização do inquérito ao consumidor de serviços financeiros – <i>Finscope</i> , em 2019, contou com a participação do BM e parceiros membros do CNIF.

Objectivo	Acção	Líder	Ponto de situação
	26. Realizar um diagnóstico sobre o mercado de <i>leasing</i> .	BM	Não iniciada.
	27. Realizar um diagnóstico sobre o mercado de <i>factoring</i> .	BM	Não iniciada.
	28. Realizar uma avaliação das iniciativas existentes para as finanças rurais, com o fim de aprimorar e identificar sinergias com a iniciativa privada.	MITADE R	Em curso. A Direcção Nacional de Desenvolvimento Económico Local iniciou o processo de identificação e monitoria das instituições micro-financeiras nas províncias de Gaza e Inhambane, com foco nos serviços e produtos fornecidos, linhas de crédito, volume de financiamento por sector de actividade (2020/2021), e constrangimentos enfrentados.
	29. Fortalecer a capacidade (gestão, contabilidade, planificação) das MPME e a sua ligação às estruturas de mercado (associações e cadeias produtivas).	IPEME ⁷	Ação permanente. O IPEME tem implementado programas para promover a capacitação das MPME, tendo sido capacitados um total de 1319 empreendedores e MPME, em 2020, e 938, em 2021.
	30. Implementar um regime de informações para identificar a carteira de crédito às MPME.	BM	Em curso. O processo de recolha de informação da carteira de crédito, aprovada pela Circular 02/EFI/2018, de 6 de Julho, na qual se espera obter a ventilação do crédito para as MPME está numa fase avançada, tendo sido identificado o formato ideal para o reporte por via do BSA, actualmente em fase de testes. Adicionalmente, foram feitas outras démarches junto do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e AT para se obter a listagem completa das MPME, por forma a facilitar a classificação das ICSF.
	31. Criar o relatório anual de inclusão financeira.	BM	Ação permanente. Já foram publicados relatórios de inclusão financeira referentes a 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

Fonte: BM

2.2 Pilar II - Fortalecimento da Infraestrutura Financeira

Quanto às acções do Pilar II, está em curso a elaboração pelo BM da visão para o Sistema Nacional de Pagamentos 2022-2027, que inclui, dentre outros objectivos, a promoção da inclusão financeira.

Igualmente, estão em curso acções visando estabelecer a interoperabilidade geral dos pagamentos em Moçambique, com a previsão de entrada em produção até final do I trimestre de 2022.

O quadro 2, abaixo, apresenta o ponto de situação das acções constantes do plano de acções da ENIF, respeitante ao Pilar II do qual, de um total de oito acções estabelecidas no Pilar II do Plano

⁷ Instituto para a promoção das Pequenas e Médias Empresas

de Acções da ENIF 2016-2022, até ao final do ano de 2021, cinco acções (62,50%) foram concluídas, duas acções (25,00%) estão em curso, e uma acção (12,50%) não foi iniciada.

Quadro 2 - Pilar II - Fortalecimento da Infra-estrutura Financeira

<i>Objectivo</i>	<i>Acção</i>	<i>Líder</i>	<i>Ponto de situação</i>
<i>Aprimorar a infra-estrutura do SNPs</i>	1. Criar o Regulamento de Empresas Operadoras de Serviços de Pagamentos	BM	Concluída. Aprovado o Regime Jurídico das Empresas Prestadoras de Serviços de Pagamento pelo Decreto n.º 99/2019, de 31 de Dezembro.
<i>Aprimorar a infra-estrutura para a expansão saudável do crédito</i>	2. Aprimorar o regime de informações à Central de Registo de Crédito (CRC) para garantir informações actualizadas sobre emprestadores	BM	Concluída. O BM emitiu o Aviso n.º 5/GBM/2016, que exige que as centrais de informação de crédito enviem informações periódicas ao BM.
	3. Criar registo de garantias móveis	MJACR BM	Concluída. Aprovada a Lei das Garantias Mobiliárias (Lei n.º 19/2018, de 28 de Dezembro).
	4. Criar um quadro legal para a utilização de garantias móveis e aprimorar direitos creditórios (<i>secured transactions law</i>)	MJACR BM	Concluída. Aprovada a Lei n.º 19/2018, de 28 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico de utilização de coisas móveis como garantia de cumprimento de obrigações e cria a Central de Registo de Garantias Mobiliárias (a Lei das Garantias Mobiliárias) e respectivo regulamentado aprovado pelo Decreto n.º 7/2020, de 10 de Março.
	5. Modernizar, automatizar e ampliar a cobertura dos registos de bens imóveis.	MJACR	Concluída. Aprovado o Decreto-Lei n.º 2/2018 de 23 de Agosto, que revê o Código de Registo Predial.
	6. Realizar um diagnóstico sobre o quadro legal e a estrutura existente para execução tempestiva e justa de garantias no âmbito extrajudicial.	MEF ⁹	Não iniciada
	7. Realizar um mapeamento e diagnóstico dos fundos de garantia de crédito existentes.	BM	Em curso. O estudo sobre barreiras ao financiamento à agricultura, realizado pela AMB, inclui um anexo que detalha todos os fundos de garantia de crédito existentes para agricultura. Falta completar a informação sobre outros fundos de garantia.
	8. Criar um fundo de garantia de crédito seguindo as melhores práticas internacionais, para incentivar o crédito às MPME e agricultores.	BM	Em curso. Em 2020, a AMB participou na elaboração do fundo de garantia ligado ao MSP (Plataforma <i>Multi-Stakeholder</i> na região norte de Moçambique) e o fundo de garantia do SUSTENTA, o qual continuou activo para o ano de 2021.

Fonte: BM

2.3 Pilar III - Protecção do Consumidor e Educação Financeira

No que diz respeito à melhoria da protecção do consumidor e educação financeira, em 2021 foram

⁸ Sistema Nacional de Pagamentos

⁹ Ministério da Economia e Finanças

desenvolvidas as seguintes acções:

- 1) No Banco de Moçambique:
 - a. Revisão do Aviso n.º 3/GBM/2018, de 18 de Abril, que aprova o Regulamento de Publicidade de Produtos e Serviços Financeiros.
 - b. Celebração do Dia Mundial da Poupança e realização do *Roadshow* Nacional de Educação Financeira, que em face às restrições decorrentes da pandemia da COVID-19, os eventos decorreram por via dos canais remotos, com destaque para a televisão e redes sociais.
 - c. Campanhas de aconselhamento dirigidas aos trabalhadores da Electricidade de Moçambique e da Procuradoria Geral da República, as quais tiveram enfoque na orientação dos participantes para a prevenção dos erros financeiros que contribuem para o sobre-endividamento, bem assim estratégias de saída nos casos em que a pessoa já se encontra sobre-endividada.
- 2) No mercado de seguros (ISSM):
 - a. Promoção, em parceria com a TVM, de programas televisivos em matérias de seguro, onde foram abordados assuntos em vários níveis da actividade seguradora, no âmbito do Projecto *Aposte no Seguro*.
 - b. O ISSM tem estado a levar a cabo diversas acções no quadro da protecção do consumidor e educação financeira. No entanto, devido às medidas de contenção, as mesmas foram circunscritas em eventos presenciais com grupos homogêneos (níveis de profissionais).
- 3) No mercado de capitais e serviços (Bolsa de Valores de Moçambique – BVM):
 - a. Capacitação a intervenientes financeiros, operadores de bolsa e outros, sobre procedimentos operativos no ciclo de negociação de títulos cotados em bolsa;
 - b. Capacitação de públicos-alvo, sobre a contribuição da BVM na dinamização das pequenas e médias empresas em tempos de pandemia;
 - c. Capacitação de clubes desportivos: 1.º de Maio (Maputo), Inhambane (Nova Aliança de Maxixe), Estrela Vermelha (Maputo) e Black Bulls (Matola), à luz do Decreto-Lei n.º 1/2015, do Regime Jurídico das Sociedades Anónimas Desportivas (SAD);
 - d. Participação da BVM, como painelista, no evento *Mozambique Fintech Week*, com objectivo de divulgar o seu papel BVM, como oportunidade de financiamento;
 - e. Inserção de informação sobre o Mercado de Capitais e BVM, em diversas revistas;
 - f. Participações em *webinars* e diversos programas televisivos;
 - g. Lançamento de um aplicativo móvel e *dashbord* para o Programa de Educação Financeira, visando o uso de tecnologias para a divulgação de informação e redução de presença física, quer no processo de divulgação como de procura de informação da BVM.

O quadro 3, abaixo, apresenta o ponto de situação das actividades constantes no Plano de Acções respeitantes ao Pilar III, sobre a Protecção do Consumidor e Educação Financeira. Deste quadro,

pode-se depreender que, de um total de 15 acções estabelecidas neste pilar, para o período 2016-2022, até Dezembro de 2021, duas acções (13,33%) foram concluídas, cinco (33,33%) estão em curso e oito (53,34%) são de carácter permanente.

Quadro 3 - Pilar III - Protecção do Consumidor e Educação Financeira

<i>Objectivo</i>	<i>Ação</i>	<i>Líder</i>	<i>Ponto de situação</i>
<i>Aprimorar o quadro legal, regulamentar e de supervisão para a protecção dos consumidores financeiros</i>	1. Rever e actualizar o Aviso n.º 5/GBM/2009 sobre o Regime de Comissões e Outros Encargos.	BM	Concluída. Aprovado o novo Regime de Comissões e Outros Encargos – Aviso n.º 13/GBM/2017, de 9 de Junho; Aviso n.º 19/BM/2017, de 26 de Dezembro; Circular n.º 1/OEP/2018 e Circular n.º 2/OEP/2018, de 19 de Janeiro.
	2. Desenvolver a metodologia de supervisão comportamental.	BM	Em curso. No âmbito da cooperação com o GIZ, estão a ser produzidas ferramentas (como, por exemplo, o manual de supervisão de conduta) que permitirão que o processo de supervisão de conduta em sede de inspecção <i>on-site</i> seja mais fluído e eficaz. Foi aprovado o novo Código de Conduta, que reforça a protecção do consumidor e a transparência, e está em curso o processo de publicação no Boletim da República
	3. Aprimorar o Aviso n.º 4/GBM/2009 para definir padrões mínimos de operação dos canais de registo e tratamento de reclamações dos consumidores.	BM	Concluída. Aprovado o novo Regulamento de Tratamento de Reclamações – Aviso n.º 9/GBM/2020.
	4. Criar <i>key fact statements</i> padronizados para os produtos financeiros de consumo mais comuns.	BM	Em curso. Publicado o Regulamento dos Deveres de Informação no Âmbito da Recepção de Depósitos, aprovado pelo Aviso n.º 1/GBM/2019, de 1 de Fevereiro. Está em curso a elaboração da ficha normalizada para o crédito.
<i>Aumentar a gama e a qualidade de informações disponibilizadas ao público</i>	5. Disponibilizar no <i>website</i> do BM informações comparativas sobre comissões e outros encargos dos principais produtos do mercado de retalho.	BM	Em curso. Aguarda a finalização do desenho do novo <i>website</i> do Banco de Moçambique previsto para primeiro trimestre de 2022.
	6. Disponibilizar no <i>website</i> do BM estatísticas de reclamações dos consumidores contra instituições financeiras supervisionadas pelo BM.	BM	Em curso. Foi aprovada a circular que informa sobre a metodologia que o banco irá usar para a publicação das instituições mais reclamadas. A publicação será numa base semestral, sendo que a primeira, referente ao 1.º semestre de 2022 deverá ser lançada até 30.07.2022.
<i>Aumentar o nível de conhecimento financeiro</i>	7. Criar um programa nacional único de educação financeira.	BM ISSM BVM MINEDH ¹⁰ MEF	Em curso. A criação de um programa único de educação financeira está em processo avançado, estando em curso a realização do Diagnóstico Nacional de Literacia Financeira.

¹⁰ Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano

<i>Objectivo</i>	<i>Ação</i>	<i>Líder</i>	<i>Ponto de situação</i>
	8. Apoiar a inclusão financeira através da divulgação, junto das populações, sobre as condições de acesso aos serviços mínimos bancários.	BM	Acção permanente. O BM tem vindo a realizar esta acção no âmbito do Program de Educação Financeira do BM.
	9. Sensibilizar a população para a importância da poupança.	BM	Acção permanente. Em 2021, realizou-se, no âmbito da celebração do Dia Mundial da Poupança, o <i>Roadshow</i> Nacional de Educação Financeira, durante o mês de Outubro. Devido às restrições decorrentes da pandemia da COVID-19, os eventos decorreram por via dos canais remotos, com destaque para a televisão e redes sociais.
	10. Promover e fomentar conhecimentos e atitudes financeiras responsáveis.	BM ISSM	Acção permanente. O ISSM, IP tem estado a levar a cabo diversas acções no quadro da protecção do consumidor e educação financeira. Esta acção tem sido implementada no âmbito do Programa de Educação financeira do Banco de Moçambique (PEFBM) e do ISSM.
	11. Esclarecer os cidadãos sobre os direitos e deveres do cliente bancário e das instituições financeiras.	BM ISSM BVM	Acção permanente. O ISSM, IP tem estado a levar a cabo diversas acções no quadro da protecção do consumidor e educação financeira. Por outro lado, O ISSM promoveu, em parceria com a TVM, programas televisivos em matéria de seguros onde foram tratados matéria em vários níveis da actividade seguradora, no âmbito do Projecto Aposte no Seguro. Esta acção tem sido implementada no âmbito do PEFBM e ISSM.
	12. Contribuir para a eficiência e solidez do mercado financeiro.	BM, ISSM e BVM	Acção permanente. O ISSM, IP tem estado a levar a cabo diversas acções no quadro da protecção do consumidor e educação financeira. Esta acção tem sido implementada no âmbito do PEFBM e ISSM.
	13. Dotar a população e as empresas de conhecimentos sobre o mercado de capitais.	BVM	Acção permanente. Esta acção tem sido implementada no âmbito do Programa de Educação Financeira da BVM.
	14. Promover a adesão das empresas, incluindo PME, ao mercado bolsista.	BVM	Acção permanente. Esta acção tem sido implementada no âmbito do Programa de Educação Financeira da BVM.
	15. Realizar campanhas de aconselhamento de crédito para os clientes que enfrentem problemas de sobre-endividamento, contribuindo para se inculir práticas de poupança.	BM MINEDH	Acção permanente. Esta acção tem sido implementada no âmbito do PEFBM; e daintegração de conteúdos de educação financeira nos programas de ensino do subsistema de Educação de Adultos.

Fonte: BM

3. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO

A melhoria dos níveis de inclusão financeira está dependente das condições macroeconómicas prevaletentes no país. Com efeito, o surgimento de novas variantes e vagas da COVID-19, em 2021, condicionou o crescimento da economia mundial, em geral, e de Moçambique, em particular, ao obrigar que os governos adoptassem medidas para conter a sua propagação. Contudo, os avanços nos programas de vacinação estão a contribuir para a retoma gradual das economias, sobretudo, as avançadas e emergentes.

No caso de Moçambique, apesar da eclosão da segunda, terceira e quarta vaga da COVID-19, bem assim da paralisação do projecto de exploração do gás natural pela Total em face do agravamento dos ataques na região Norte e dos choques climáticos (ciclones Chalane e Eloise), a economia mostrou sinais de recuperação, em grande medida, justificados por uma restritividade contrabalançada das medidas de contenção da pandemia, evolução favorável dos preços das principais mercadorias de exportação, aliada à recuperação da procura externa e pelos investimentos efectuados na agricultura (Programa Sustenta), sem descurar o efeito base causado pela contracção observada em 2020.

No concernente a actividade económica, após a contracção em 1,2%, em 2020, o PIB registou um crescimento de 0.12%, 2.0%, 3.4% e 3.3% no I, II, III e IV trimestres de 2021, respectivamente, e, em termos acumulados, incrementou em 2,2%.

Importa, ainda, destacar que, em 2021, o crédito total à economia registou um crescimento anual de 0,7%, num contexto em que (i) as taxas de juro a retalho observaram um incremento, em linha com o aumento da Taxa MIMO - taxa de juro de política, que em 2021 aumentou em 300 pontos base, em Janeiro, com reflexo no custo de financiamento; e (ii) as instituições de crédito tiveram maior disponibilidade de liquidez em moeda nacional (MN) e moeda estrangeira (ME) para conceder empréstimo bancário, após a queda do coeficiente de Reservas Obrigatórias para os passivos em MN de 11,50% para 10,50%, e em ME de 34,50% para 11,50% em Setembro de 2021, respectivamente.

A inflação anual acelerou para 6,74%, após 3,52% observado em igual período de 2020, mantendo-se, ainda assim, na banda de um dígito. A aceleração da inflação decorreu, sobretudo, do aumento dos preços de alimentos e do *brent* (com impacto no incremento dos preços de combustíveis a nível doméstico) no mercado internacional, bem como dos estrangimentos na cadeia de fornecimento de bens, a nível global.

Enquanto isso, no fecho de 2021, a taxa de câmbio do Metical em relação ao Dólar americano, Euro e ao Rand sul-africano, registou, em termos acumulados, uma apreciação de 14,88%, 20,21% e 21,33%, respectivamente, a reflectir, basicamente, o ajustamento em alta da taxa de juro de política monetária, no início do ano, num contexto, também, marcado pelo aumento das exportações do país.

4. INDICADORES DE INCLUSÃO FINANCEIRA

Apesar da ligeira recuperação económica sinalizada em 2021, de 2.16% do PIB, em termos gerais, os indicadores de inclusão financeira registaram um comportamento misto, com melhorias reflectidas no aumento observado na distribuição dos pontos de acesso aos serviços e produtos financeiros das IME (nomeadamente, incremento substancial de número dos agentes das IME e das contas junto dessas instituições), contra uma redução da rede de ATM, POS, agentes bancários e manutenção de número de agências, contas e cartões bancários. Este facto continuou a influenciar a evolução dos indicadores de inclusão financeira e o cumprimento das metas estabelecidas.

4.1 Acesso (Geográfico e Demográfico)

4.1.1 Total de Pontos de Acesso

Em 2021, o sistema financeiro moçambicano contou com 37 instituições de crédito contra 40, registadas em 2020, das quais 16 bancos, 12 microbancos, uma sociedade de investimento, três IME e cinco cooperativas de crédito, contra sete, em 2020. Registaram-se, igualmente nove sociedades financeiras, das quais uma sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito, contra duas, em 2020, e oito casas de câmbio, contra dez, em 2020. Observou-se um aumento substancial de operadores de microfinanças, ao passar de 1.124, em 2020, para 1.598, em 2021, dos quais 12 instituições de poupança e empréstimo e 1.586 operadores de microcrédito. Ainda em 2021, registou-se 33 instituições na categoria “outras instituições financeiras”, das quais 19 seguradoras e 14 operadores de bolsa (Tabela 1).

Tabela 1: Total de Instituições Bancárias, de Microfinanças e Não Bancárias

	Número de instituições			Número de agências, agentes, delegações e balcões		
	2020	2021	Var. (%)	2020	2021	Var. (%)
1. Instituições de Crédito						
Bancos	16	16	0.0	684	665	(2.8)
Microbancos	12	12	0.0	96	85	(11.5)
Sociedades de investimento	2	1	(50.0)	2	1	(50.0)
Instituições de moeda electrónica	3	3	0.0	69,548	94,697	36.2
Cooperativas de crédito	7	5	(28.6)	7	4	(42.9)
2. Sociedades Financeiras						
Sociedade gestora de compras em grupo	1	0	(100.0)	1	1	0.0
Sociedade emitente ou gestora de cartões de crédito	2	1	(50.0)	2	1	(50.0)
Casas de câmbio	10	8	(20.0)	16	14	(12.5)
3. Operadores de Microfinanças						
Organizações de poupança e empréstimo	12	12	0.0	12	12	0.0
Operadores de microcrédito	1,112	1,586	42.6	1,112	1,586	42.6
4. Outras Instituições Financeiras						

	Número de instituições			Número de agências, agentes, delegações e balcões		
Instituições seguradoras	19	19	0.0	148	153	3.4
Operadores de bolsa	14	14	0.0	14	14	0.0

Fonte: BM, ISSM e BVM

No tocante ao número de agências, agentes e demais representações das instituições financeiras, observou-se uma redução de 2,8% agências bancárias, 11,5% agências de microbancos, 50% de sociedades de investimento e 42.9% cooperativas de crédito, sendo que os agentes de moeda electrónica registaram um aumento considerável de 36.2%.

No período em análise, o país passou a contar com 136.877 pontos de acesso a serviços financeiros, representando um incremento de 23.1%, face a 2020, impulsionado pelo aumento considerável observado dos agentes de IME e representações que cresceram em 36.2% e 42.6%, respectivamente, conforme a Tabela 2:

Tabela 2: Total de Pontos de Acesso

	Pontos de Acesso		Nível de Concentração		Var. (%)
	2020	2021	2020 (%)	2021 (%)	
Agências ⁽¹⁾	789	754	0.7	0.6	(4.4)
Agentes Bancários	1,342	1,099	1.2	0.8	(18.1)
Agentes Não Bancários ⁽²⁾	69,548	94,697	62.5	69.2	36.2
Representações ⁽³⁾	1,112	1,586	1.0	1.2	42.6
Delegações e Balcões ⁽⁴⁾	148	153	0.1	0.1	3.4
ATM	1,710	1,631	1.5	1.2	(4.6)
POS	36,540	36,957	32.9	27.0	1.1
Total⁽⁵⁾	111,215	136,877	100.0	100.0	23.1

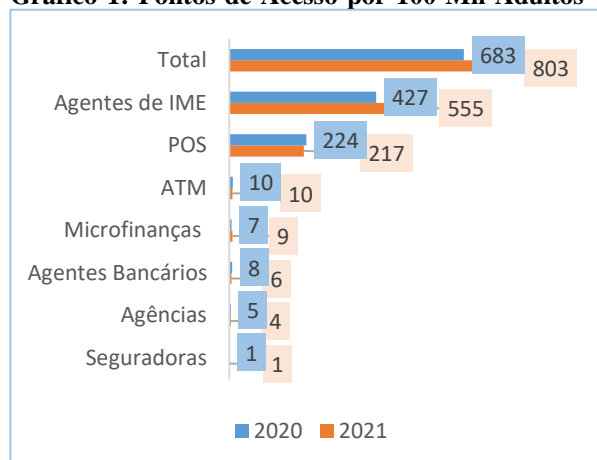
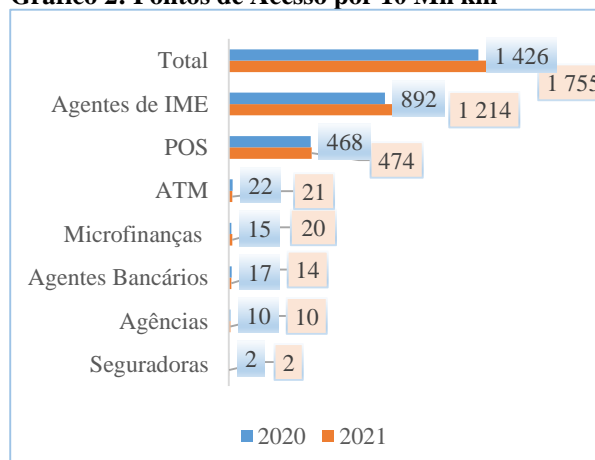
Fonte: BM, ISSM e BVM

Notas: ⁽¹⁾ Agências de bancos, microbancos e cooperativas de crédito; ⁽²⁾ Agentes de IME; ⁽³⁾ Representações das organizações de poupança e empréstimo, operadores de microcrédito e intermediários de captação de depósito; ⁽⁴⁾ Delegações e balcões de instituições seguradoras; ⁽⁵⁾ Excluídas do total de pontos de acesso as agências dos operadores de Bolsa com vista a evitar a sobrecontagem, uma vez que as mesmas coincidem com agências bancárias.

A maior concentração dos pontos de acesso verificou-se ao nível dos agentes de IME, com 69,2%, representando um crescimento de 6.7 pp, em 2021, comparativamente ao ano anterior. Seguem-se os POS, com 27% do total dos pontos de acesso, traduzindo-se numa redução do nível de concentração em 5,6pp, em 2021.

4.1.2 Acesso Demográfico e Geográfico

No que tange ao acesso demográfico, em 2021 foram registados 803 pontos de acesso para cada 100 mil adultos, representando um incremento de 17,6%, quando comparado com o ano 2020 (Gráfico 1).

Gráfico 1: Pontos de Acesso por 100 Mil Adultos¹¹**Gráfico 2: Pontos de Acesso por 10 Mil km²**

Fonte: INE, BM, ISSM e BVM

No que se refere ao acesso demográfico por tipo de ponto de acesso, a maior cobertura da população adulta é feita por agentes não bancários de IME, com 555 pontos de acesso por cada 100 mil adultos, representando um incremento de 30.1%, relativamente a 2020. Por outro lado, os POS registaram a menor cobertura da população, com 217 pontos por cada 100 mil adultos, em 2021, contra 224 pontos por cada mil adultos, em 2020, representando um declínio de 3.3%, quando comparado com 2020.

No que diz respeito ao acesso geográfico, o Gráfico 2 ilustra que, em 2021, foram registados 1.755 pontos de acesso por cada 10 mil km², contra 1.426 observados em 2020, representando um incremento de 23,1%.

À semelhança do acesso demográfico, concorreram, em grande medida, para este resultado os agentes das IME e POS, com 1.214 agentes e 474 POS por cada 10 mil km², uma subida de 36,2% e 1,1%, respectivamente, quando comparado a 2020.

Os gráficos 3 e 4, abaixo, ilustram a distribuição geográfica e demográfica dos pontos de acesso por província. No que diz respeito à distribuição demográfica dos pontos de acesso por província, em 2021, a cidade de Maputo e as províncias de Maputo, Inhambane e Gaza foram as que registaram maior número de pontos de acesso por cada 100 mil adultos, com 4.706, 1.765, 909 e 750 pontos de acesso, respectivamente. Por sua vez, as províncias da Zambézia, Niassa e Cabo Delgado são as que registaram níveis mais baixos de acesso demográfico (por cada 100 mil adultos), com 297, 375 e 380 pontos de acesso, respectivamente.

No tocante ao acesso geográfico, os indicadores revelam que a cidade de Maputo apresenta os níveis de cobertura mais elevados do país, com 613.920 pontos de acesso por cada 10 mil km², seguida da província de Maputo, com 11.357 pontos de acesso por cada 10 mil km², Nampula,

¹¹http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-demograficas-e-indicadores-sociais/projecoes-da-populacao/mocambique_projecoes_2007_2040.xls/view

com 2.020 pontos de acesso por cada 10 mil km² e Sofala, com 1.458 pontos de acesso por cada 10 mil km².

Gráfico 3: Pontos de Acesso por Província por 10 mil adultos

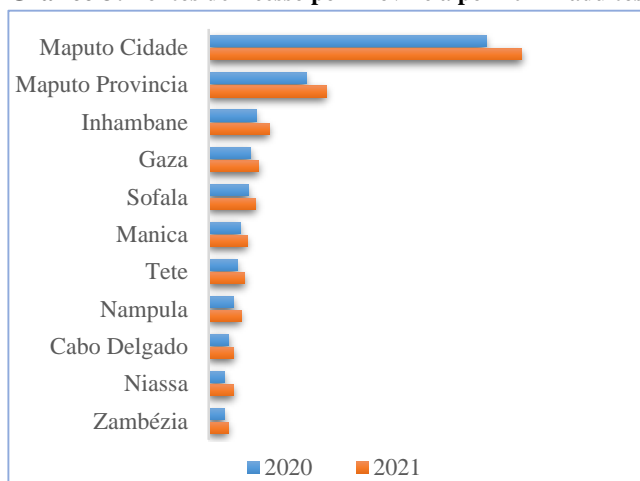
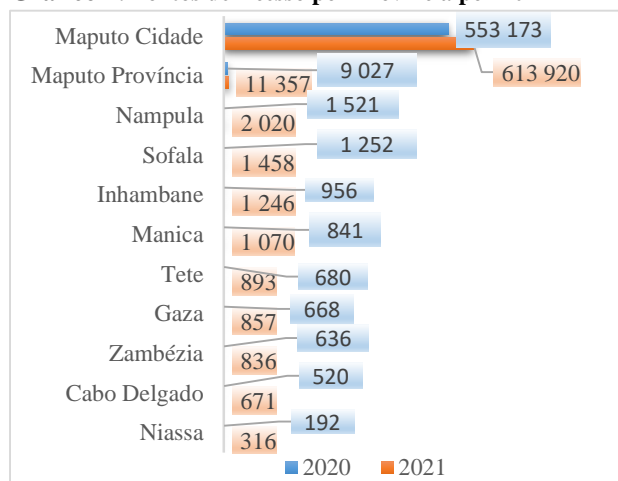


Gráfico 4: Pontos de Acesso por Província por 10 mil Km2



Fonte: INE, BM e ISSM

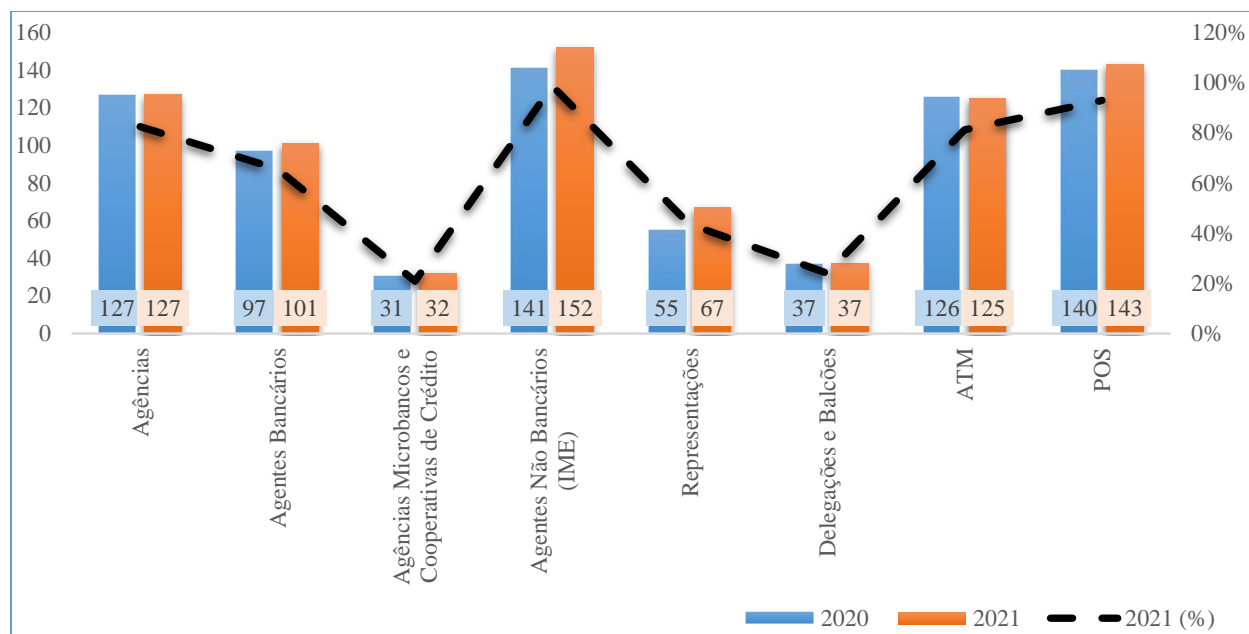
Nota: Não inclui operadores de bolsa com vista a evitar a sobrecontagem, uma vez que os mesmos coincidem com instituições bancárias.

Os menores níveis de acesso geográfico (por cada 10 mil km²) observam-se nas províncias de Niassa, Cabo Delgado e Zambézia, com 316, 671 e 836 pontos de acesso, respectivamente.

4.1.3 Distritos com Cobertura de Pontos de Acesso a Serviços Financeiros

Em termos de cobertura por tipo de ponto de acesso, em 2021, o país contou com 99% de cobertura por agentes IME e 93% por POS, seguido por agências bancárias com 82% de cobertura, ATM com 81% e os agentes bancários com 66% de cobertura. As representações e as delegações/balcões contribuíram com 44% e 24% de cobertura, respectivamente, sendo os microbancos e cooperativas de crédito o tipo de ponto de acesso que registaram o menor nível de cobertura, com apenas 21% (Gráfico 5, Tabela 3 e Anexo 1).

Gráfico 5: Distritos cobertos por tipo de Ponto de Acesso



Fonte: BM e ISSM

Notas: (1) Agência de Bancos, Microbancos e Cooperativas de Crédito; (2) Agentes de IME; (3) Representações das Organizações de Poupança e Empréstimo, Operadores de Microcrédito e Intermediários de Captação de Depósito; (4) Delegações e Balcões de Instituições Seguradoras.

A nível das províncias, Maputo e Inhambane apresentaram uma cobertura total de pelo menos uma agência bancária em cada distrito. Seguem-se as províncias de Sofala e Nampula, com níveis de cobertura de 92% e 91%, respectivamente. Zambézia, Manica, Niassa e Gaza, com níveis de cobertura de 64%, 75%, 75% e 79%, respectivamente, são as províncias cujos distritos apresentam baixos níveis de cobertura de agências bancárias.

Tabela 3. Cobertura dos Pontos de Acesso por Província

	2020								2021							
	Agências	Agentes Bancários	Agências Microbancos e Cooperativas de	Agentes Não Bancários (IME)	Representações	Delegações e Balcões	ATM	POS	Agências	Agentes Bancários	Agências Microbancos e Cooperativas de	Agentes Não Bancários (IME)	Representações	Delegações e Balcões	ATM	POS
Distritos Cobertos																
Província de Maputo	8	5	8	8	8	4	8	8	8	5	8	8	8	4	8	8
Gaza	11	10	2	12	8	4	12	11	11	14	2	14	9	4	11	11
Inhambane	14	12	4	14	7	3	14	14	14	12	4	14	9	4	14	14
Sofala	12	9	3	13	7	1	12	13	12	9	3	13	9	1	11	13
Manica	9	10	3	11	3	3	10	11	9	10	3	12	5	3	10	11
Tete	11	11	2	14	3	9	11	13	12	11	2	15	6	9	12	13
Zambézia	14	12	3	18	6	4	14	17	14	10	3	22	7	4	15	18
Nampula	22	17	2	21	9	3	21	21	21	17	2	21	9	3	21	22
Cabo Delgado	14	5	1	16	2	2	12	17	14	5	1	17	3	2	11	17
Niassa	12	6	3	14	2	4	12	15	12	8	4	16	2	3	12	16
Total	127	97	31	141	55	37	126	140	127	101	32	152	67	37	125	143

	2020								2021							
	Agências	Agentes Bancários	Agências Microbancos e Cooperativas de Crédito	Agentes Não Bancários (IME)	Representações	Delegações e Balcões	ATM	POS	Agências	Agentes Bancários	Agências Microbancos e Cooperativas de Crédito	Agentes Não Bancários (IME)	Representações	Delegações e Balcões	ATM	POS
Nível de Cobertura																
Província de Maputo	100%	63%	100%	100%	100%	50%	100%	100%	100%	63%	100%	100%	100%	50%	100%	100%
Gaza	79%	71%	14%	86%	57%	29%	86%	79%	79%	100%	14%	100%	64%	29%	79%	79%
Inhambane	100%	86%	29%	100%	50%	21%	100%	100%	100%	86%	29%	100%	64%	29%	100%	100%
Sofala	92%	69%	23%	100%	54%	8%	92%	100%	92%	69%	23%	100%	69%	8%	85%	100%
Manica	75%	83%	25%	92%	25%	25%	83%	92%	75%	83%	25%	100%	42%	25%	83%	92%
Tete	73%	73%	13%	93%	20%	60%	73%	87%	80%	73%	13%	100%	40%	60%	80%	87%
Zambézia	64%	55%	14%	82%	27%	18%	64%	77%	64%	45%	14%	100%	32%	18%	68%	82%
Nampula	96%	74%	9%	91%	39%	13%	91%	91%	91%	74%	9%	91%	39%	13%	91%	96%
Cabo Delgado	82%	29%	6%	94%	12%	12%	71%	100%	82%	29%	6%	100%	18%	12%	65%	100%
Niassa	75%	38%	19%	88%	13%	25%	75%	94%	75%	50%	25%	100%	13%	19%	75%	100%
Total	82%	63%	20%	92%	36%	24%	82%	91%	82%	66%	21%	99%	44%	24%	81%	93%

Fonte: BM e ISSM

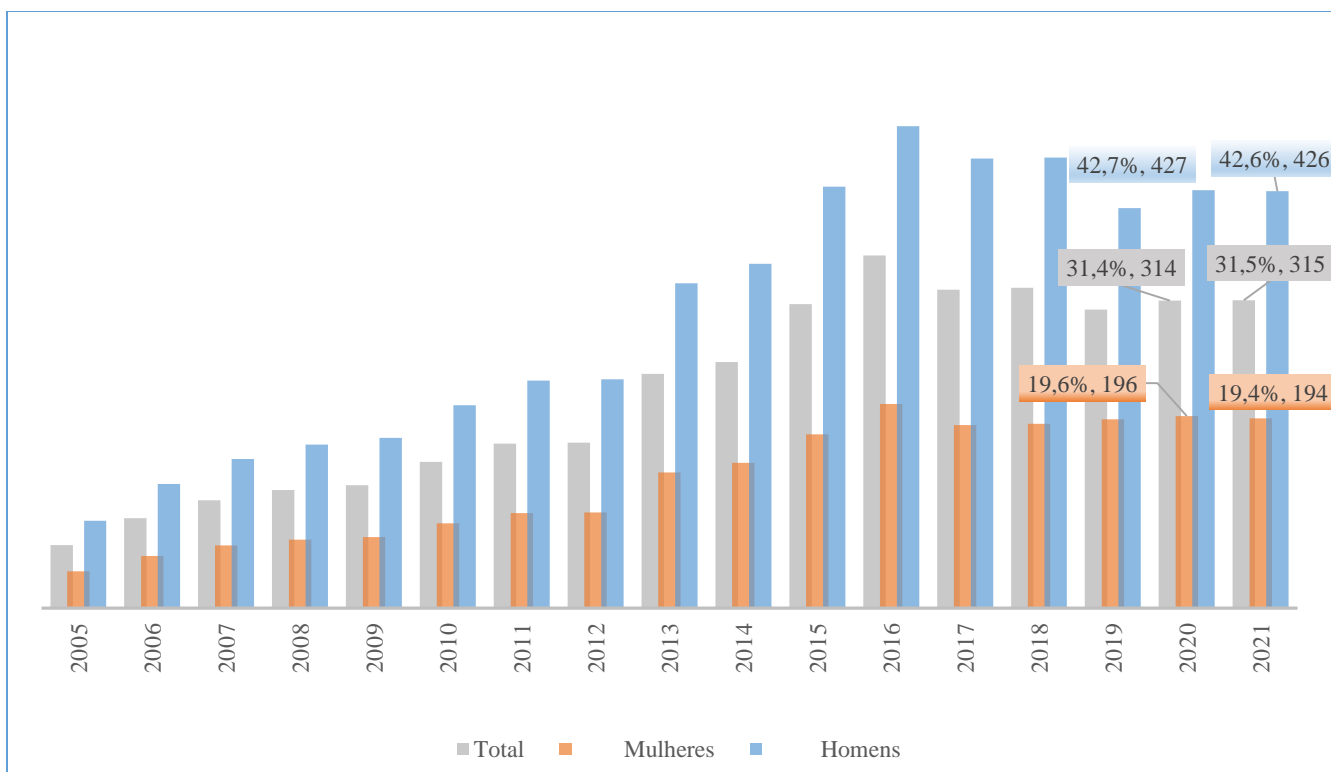
Notas: ⁽¹⁾ Agência de Bancos, Microbancos e Cooperativas; ⁽²⁾ Agentes de IME; ⁽³⁾ Representações das Organizações de Poupança e Empréstimo, Operadores de Microcrédito e Intermediários de Captação de Depósito; ⁽⁴⁾ Delegações e Balcões de Instituições Seguradoras.

4.2 Uso de Serviços Financeiros

4.2.1 Bancarização da Economia

A bancarização, medida pelo número de contas bancárias por 1000 adultos, demonstra que, em 2021, existiam 315 contas bancárias por cada 1000 adultos, contra 314, em 2020, ilustrando um incremento da bancarização do país em 1‰ de adultos, face ao ano de 2020 (Gráfico 6).

Gráfico 6: Evolução do Número de Contas Bancárias por 1000 Adultos (Homens e Mulheres)



Fonte: INE e BM

De facto, o número total de contas bancárias passou de 5,116,741, em 2020, para 5,293,240, em 2021, i.e., uma subida de 3.4%.

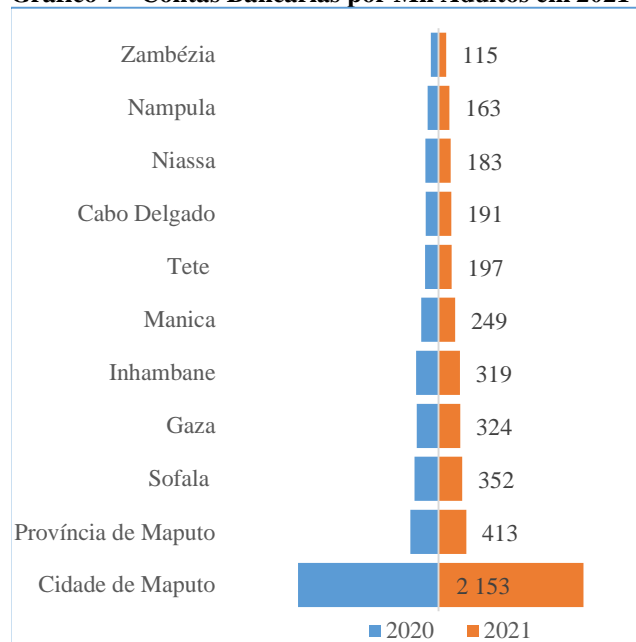
Em termos de segregação por género, observa-se uma tendência decrescente na bancarização em ambos os géneros:

- a) Nas mulheres, o número total de adultas detentoras de contas bancárias passou de 196 mulheres por 1.000 adultas, em 2020, para 194, em 2021 (Gráfico 6), ou seja, uma redução em duas contas para cada 1000 adultas;
- b) Já, a população masculina passou a contar com 426 contas por cada 1000 adultos, em 2021, contra 427, em 2020, o que constitui uma redução de uma conta em cada 1000 adultos face a 2020.

No concernente à análise geográfica, em 2021 observou-se maior nível de bancarização da economia na cidade de Maputo, com duas contas bancárias em média por pessoa adulta (Gráfico 7)¹².

¹² A análise do lado da oferta (contas bancárias por população adulta) apresenta como desafio o facto de não considerar o número de pessoas que efectivamente possuem contas no cálculo, e sim a totalidade de contas existentes.

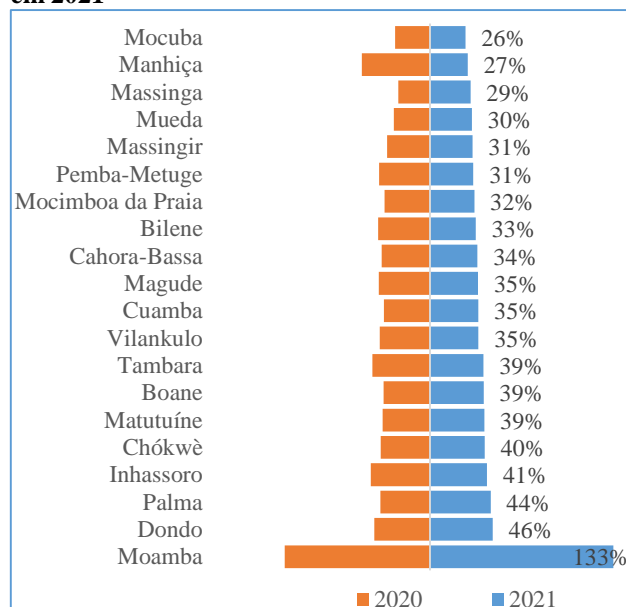
Gráfico 7 - Contas Bancárias por Mil Adultos em 2021



Fonte: INE e BM

Nota: ¹ Seleção feita de um total de 154 distritos do país. Não inclui a cidade de Maputo.

Gráfico 8 - Os 20 Distritos Mais Bancarizados do País em 2021¹



A cidade de Maputo, como sempre, lidera o nível de bancarização, com 2.153 contas, seguida das províncias de Maputo, Sofala e Gaza, com 413, 352 e 324 contas bancárias, respectivamente, por cada 1000 adultos, em 2021, contra 2.079, 417, 352 e 320 contas por 1000 adultos, em 2020, apontando para uma tendência ascendente de bancarização na cidade de Maputo e Gaza, manutenção em Sofala e redução na província de Maputo.

Zambézia, Nampula e Niassa, com 115, 163 e 183 contas por 1000 adultos, respectivamente, são as províncias com baixos níveis de bancarização, em 2021, com Niassa a observar ainda uma redução do seu nível de bancarização de 192 contas por 1000 adultos, em 2020, para 183, em 2021, quando as outras duas províncias tiveram um incremento.

Excluindo as capitais provinciais, os distritos com maiores taxas de bancarização (número de contas bancárias em percentagem da população adulta) são Moamba, Dondo, Palma, Inhassoro, Chókwè, Matutuine, Boane, Tambara, Vilankulo e Cuamba. O Gráfico 8, acima, ilustra os 20 distritos do país com os maiores níveis de bancarização e que contribuíram para os níveis de bancarização alcançados nas respectivas províncias.

4.2.2 Intermediação e Poupança Financeira

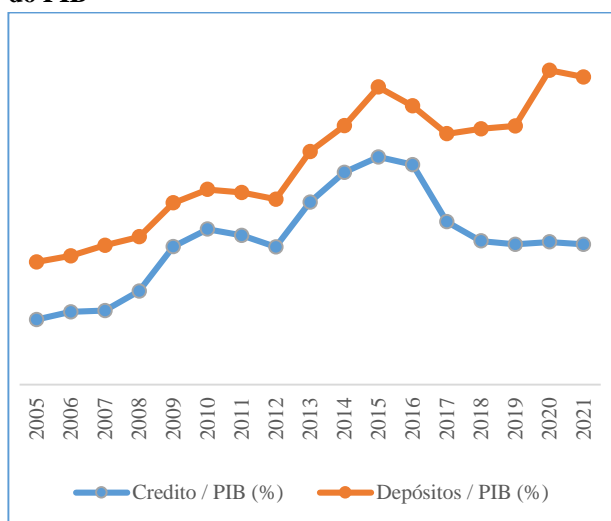
Em 2021, o nível de intermediação financeira, medido em termos do crédito à economia em percentagem do PIB, fixou-se em 24,2%, tendo observado uma redução de 0.4pp face a 2020 (Gráfico 9).

Por seu turno, o nível de poupança financeira, medida pelos depósitos totais em percentagem do PIB, situou-se em 53%, tendo observado uma redução face a 2020 em 1.2 pp.

Em 2021, observou-se uma tendência descendente do financiamento bancário avaliado em termos demográficos. Com efeito, por cada 1000 adultos foram concedidos cerca de 14,3 milhões de meticais (MT), contra 14,7 milhões de MT em 2020 (Gráfico 10).

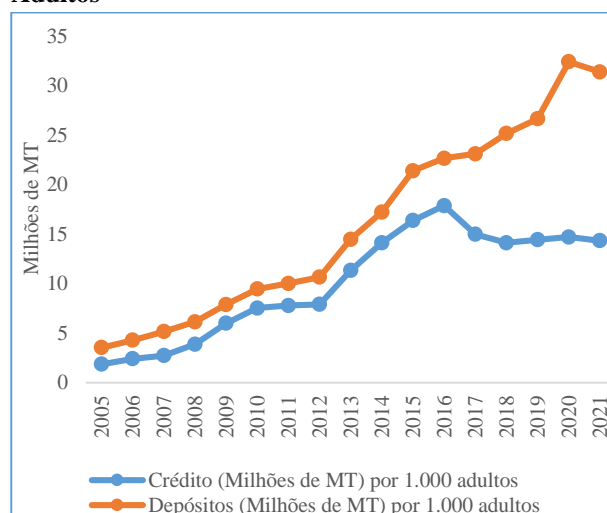
Em 2021, a poupança financeira mostrou, igualmente, uma tendência de queda quando analisada em termos demográficos, ao situar-se em cerca de 31,4 milhões de MT, realizada por cada 1000 adultos, menos 1 milhão de MT quando comparada ao período anterior.

Gráfico 9: Crédito e Depósitos Totais em Percentagem do PIB



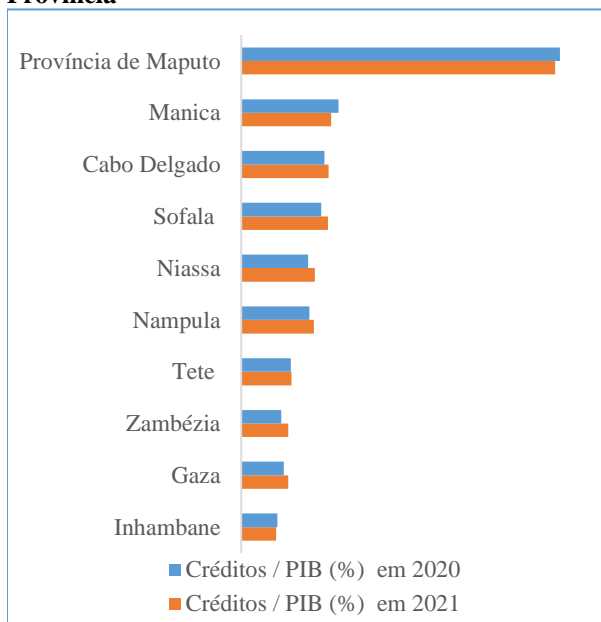
Fonte: BM

Gráfico 10: Crédito e Depósitos Totais por 1000 Adultos



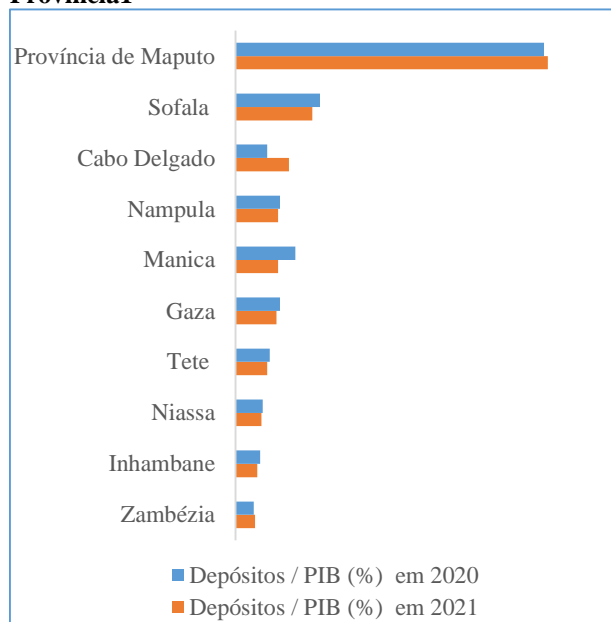
Em termos de distribuição por província, observou-se, à excepção da província de Maputo (incluindo a cidade de Maputo, onde o nível de intermediação financeira fixou-se em torno de 51,3%), que as províncias de Manica e Cabo Delgado apresentam níveis de intermediação financeira, relativamente, elevados, em torno dos 14,7% e 14,3% de crédito à economia em percentagem do PIB, respectivamente; enquanto Inhambane e Gaza, com 5,7% e 7,7% de crédito em percentagem do PIB, respectivamente, são as províncias com os níveis mais baixos de intermediação financeira (Gráfico 12).

Gráfico 11 - Crédito em Percentagem do PIB por Província



Fonte: BM

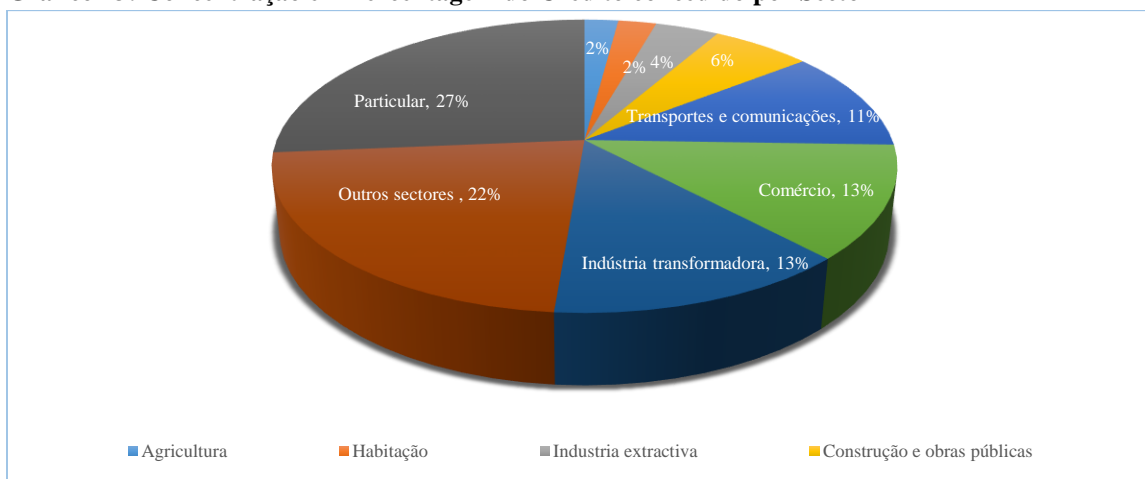
Gráfico 12 - Depósitos em Percentagem do PIB por Província



No tocante à poupança financeira, com excepção da província de Maputo, a província de Sofala mostra-se com os níveis elevados, na ordem de 30,8% dos depósitos totais em percentagem do PIB, seguido da província de Manica e Nampula, ambas com 17,1% dos depósitos totais em percentagem do PIB. Os níveis mais baixos evidenciam-se nas províncias da Zambézia e Inhambane, com níveis de poupança financeira de 7,8% e 8,7%, respectivamente (Gráfico 12).

Em termos de distribuição do crédito por tipo de sectores, destaca-se, em 2021, o financiamento a particulares com 61,54 milhões de MT (27%), seguido das diversas finalidades com 52,16 milhões de MT (22%), indústria transformadora com 31,15 milhões de MT (13%) e comércio com 29,04 milhões de MT (13%), conforme ilustra o gráfico 13.

Gráfico 13: Concentração em Percentagem do Crédito concedido por Sector



Fonte: BM

Do valor total de depósitos de particulares efectuados em 2021, junto das instituições de crédito, 34% constitui depósitos das mulheres adultas, e cresceu em 2 pp face ao ano de 2020 (Gráfico 14). Por outro lado, 25% do valor total do crédito concedido, em 2021, pelas instituições de crédito aos seus clientes particulares, foi para as mulheres e representa uma redução em 3pp face 2020 (Gráfico 15).

Gráfico 14 - Depósitos por Género

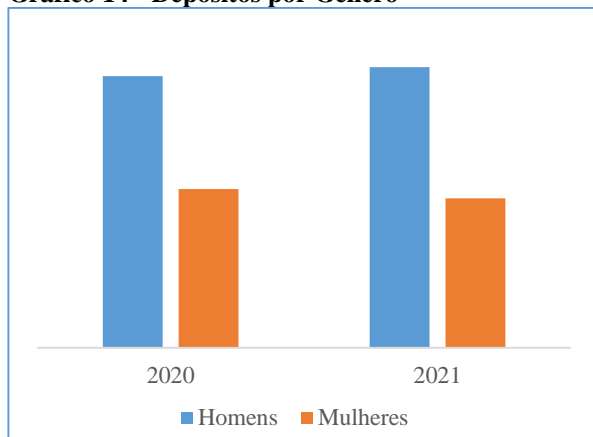
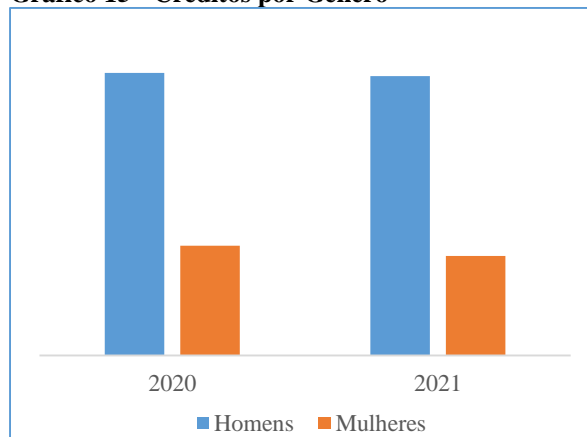


Gráfico 15 - Créditos por Género



Fonte: Instituições de Crédito

4.2.3 Moeda Electrónica

Em 2021, o país passou a contar com 67,6% da sua população adulta com uma conta de moeda electrónica aberta junto das IME, contra 66.4%, em 2020. No período em análise, de 13.817,45 mil subscrições de telefonia móvel existentes no país, 11.412,19 mil, que correspondem a 82.6%, possuíam uma subscrição junto das IME, contra 74.5% em 2020 (Gráfico 16).

De um total de 69.548 agentes de IME existentes, o país passou a contar com 555 agentes para cada 100 mil adultos, contra 427 em 2020, i.e., um incremento de 30%, sendo de destacar o papel que este serviço desempenha na inclusão financeira no país (Gráfico 17).

Gráfico 16 - Subscritores de Telefonia Móvel e de Moeda Electrónica

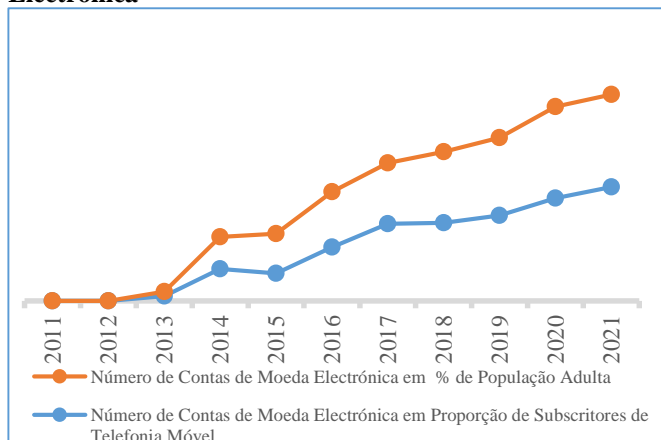
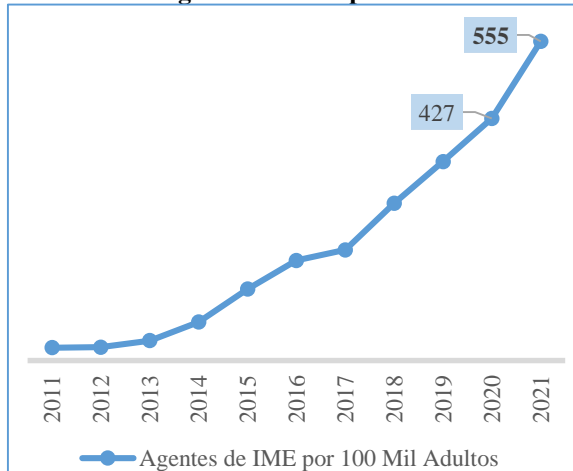


Gráfico 17 - Agentes de IME por 100 Mil Adultos

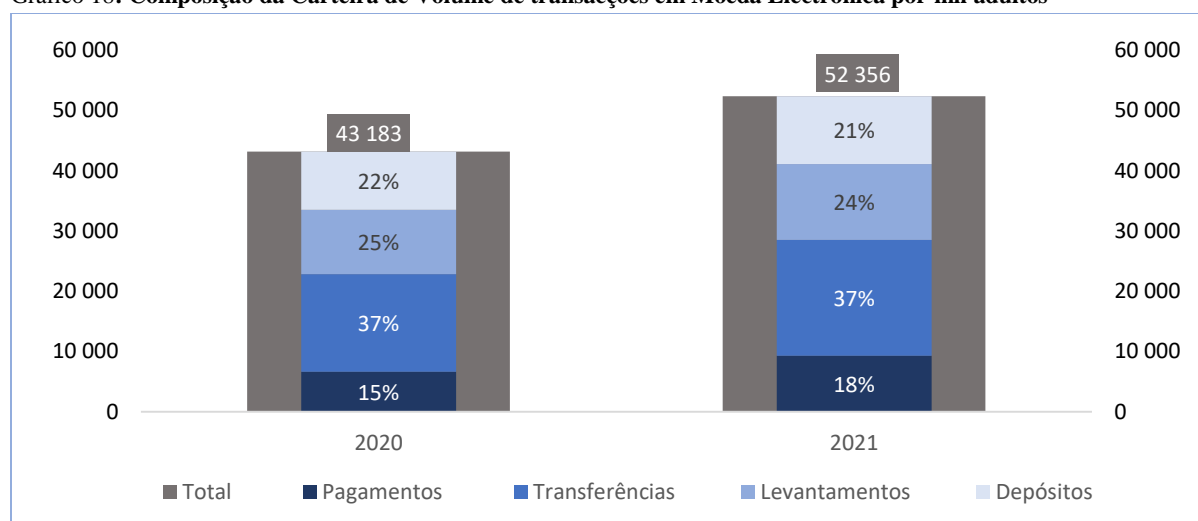


Fonte: INE, Instituto Nacional de Comunicações de Moçambique, BM

No geral, não houve alterações significativas em termos da composição da carteira de transacções em moeda electrónica, mantendo-se a preferência pelo uso deste serviço para efectuar algumas transacções domésticas. Registou-se, igualmente, um incremento das transacções de pagamentos de serviços em cerca de 3 pp, contra a redução nas operações de depósito e levantamentos, em 1pp para ambas.

O Gráfico 18 mostra o volume de transacções em moeda electrónica em 2020 e 2021.

Gráfico 18: Composição da Carteira de Volume de transacções em Moeda Electrónica por mil adultos



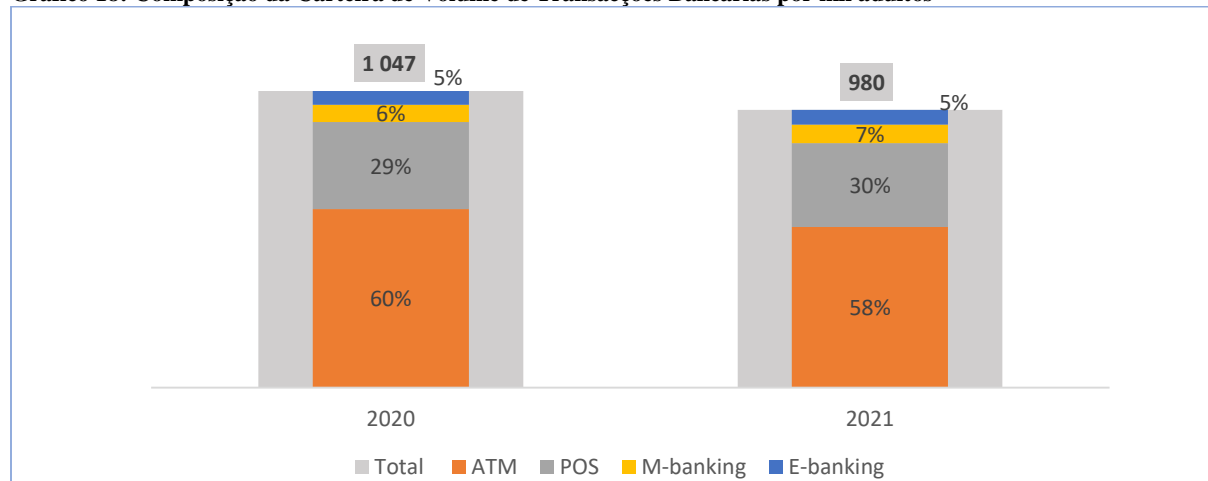
Fonte: BM

4.2.4 Banca Electrónica

Em 2021, observou-se uma redução do número de transacções bancárias por mil adultos, ao situar-se em 980 transacções por mil adultos, comparativamente a 1.047 transacções por mil adultos, em 2020, justificado pela redução do uso de alguns dos canais para a realização de transacções de pagamento electrónico.

A análise da distribuição dos canais usados na banca tradicional para a realização de transacções de pagamento electrónico (ATM, POS, *mobile banking* e *internet banking*) aponta para o canal ATM como sendo o mais frequentado, apesar da redução em 2pp entre 2020 e 2021. Seguem-se os terminais POS com 30% de uso em 2021, e uma variação positiva de 1pp face a 2020. O canal de transacções *mobile banking* situou-se em 7%, representando 1pp de incremento, quando comparado com 2020. O *e-banking* não registou nenhuma variação de realce, ao se manter nos 5% de uso face 2020.

Gráfico 18: Composição da Carteira de Volume de Transações Bancárias por mil adultos



Fonte: BM

Caixa 1:

Inclusão Financeira em Sofala

A província de Sofala é a quinta mais populosa do país, com 8,3% da população adulta¹³ do país (Censo 2017), e apresenta a mesma posição relativamente a sua densidade populacional de 24 habitantes/Km².

Outras características relevantes sobre a província de Sofala incluem:

- Localização - a província de Sofala é limitada a Nordeste pelo Rio Zambeze, a Sul pelo Rio Save, separando-a da província de Inhambane, a Oeste pela Província de Manica, no Norte pelas províncias da Zambézia e Tete através do Rio Zambeze e a Este pelo Oceano Índico¹⁴;
- Extensão territorial – um total de 68.018 Km² (que representa 8,5% em relação a área do país)¹⁵;
- População - em 2021, a população totalizava 2.457.828 indivíduos (dos quais 48,6% homens e 51,4% mulheres). A pirâmide etária da população indica as seguintes percentagens: 45,1% corresponde a faixa de zero aos 14 anos, 35,3% corresponde a faixa dos 15 aos 34 anos, 15,0% corresponde a faixa dos 35 aos 60 anos e 4,6% corresponde aos indivíduos com 60 anos ou mais;
- Actividade económica predominante – conforme a distribuição percentual da população com idade superior a 15 anos, por ramos de actividade (Censo 2017), a agricultura, silvicultura e pesca emprega cerca de 60,7% da população, seguida do ramo de comércio e finanças (17,6%), indústria manufatureira (4,1%) e serviços administrativos (3,1%).

1. Evolução dos pontos de acesso aos serviços financeiros

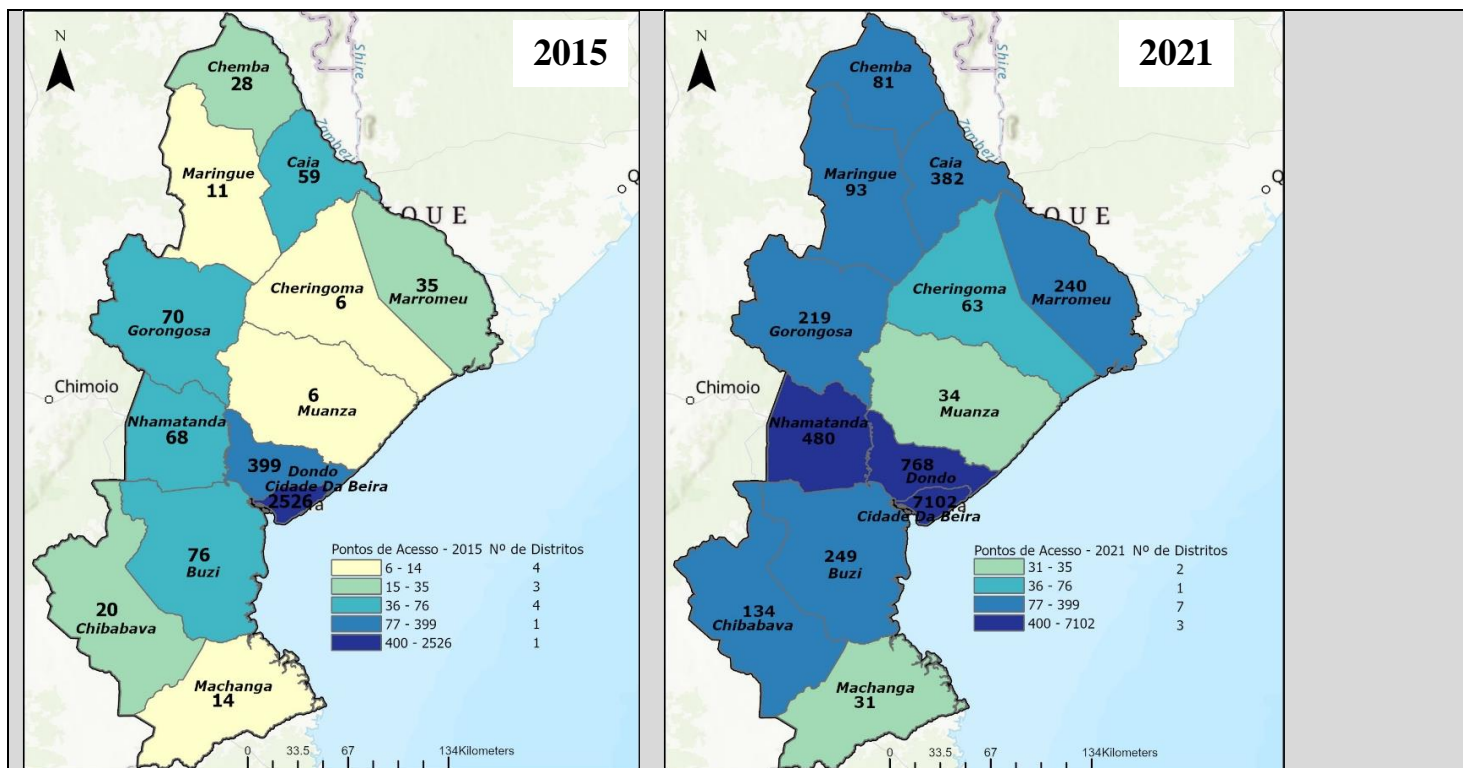
A dispersão geográfica do número de pontos de acesso por distrito registou uma evolução positiva, sendo que em 2021, todos os distritos da província de Sofala possuíam pelo menos 31 pontos de acesso, contra o mínimo de 6 pontos de acesso observados em 2015. Adicionalmente, houve um incremento do número de distritos com mais de 76 pontos de acesso, de dois distritos, em 2015, para dez, em 2021 (Mapa 1). A cidade da Beira passou a contar com um total de 7.102 pontos de acesso, um incremento de 4.576 pontos nos últimos seis anos.

Mapa 1. Distribuição geográfica dos pontos de Acesso na Província de Sofala

¹³Indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos.

¹⁴ <https://www.mic.gov.mz/por/Dir-Provinciais/DPIC-Sofala>.

¹⁵ <http://www.ine.gov.mz/estatisticas/publicacoes/anuario/anuario-provincia-de-sofala/ae-sofala-2020.pdf/view>.



Fonte: BM, Rede Nacional SIG

2. Indicadores de inclusão financeira

2.1. Indicadores de Acesso (Geográfico e Demográfico)

Em 2015, dos 13 distritos da província, sete apresentavam menos de 50 pontos de acesso para cada grupo de 100 mil adultos, sendo que em 2021 o distrito de Machanga foi o único com este indicador inferior a 100 pontos de acesso para cada grupo de 100 mil adultos - tabela 1.1. Em termos geográficos, observa-se a um incremento substancial de pontos de acesso por 10 mil km², em todos os distritos (tabela 1.2.), revelando a expansão da oferta de serviços financeiros na província de Sofala.

Tabela 1.1. Pontos de Acesso Por 100 mil Adultos

Distritos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Machanga	41	20	25	29	47	66	86
Muanza	38	37	48	46	56	80	150
Chibabava	31	42	58	80	122	121	156
Chemba	75	44	56	135	141	142	167
Maringue	26	7	25	28	34	55	170
Cheringoma	23	56	55	113	120	123	186
Gorongosa	96	78	99	123	167	155	212
Buzi	74	65	74	92	123	159	216
Marromeu	42	54	65	91	132	172	253
Nhamatanda	46	77	97	127	170	202	266
Caia	83	108	140	226	293	289	393
Dondo	394	271	307	413	522	501	582
Beira	825	1.141	1.255	1.519	1.741	1.599	1.619

Fonte: BM, INE.

Tabela 1.2. Pontos de Acesso Por 10 mil km²

Distritos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Muanza	8	8	11	11	13	23	45
Machanga	24	12	16	19	31	38	54
Cheringoma	8	21	21	45	49	55	89
Maringue	18	5	18	21	26	46	151
Chibabava	29	40	57	82	129	139	192
Chemba	70	43	55	138	148	161	204
Gorongosa	103	87	114	145	204	221	323
Buzi	105	96	112	143	197	237	345
Marromeu	61	82	101	146	217	264	417
Caia	165	220	296	491	658	731	1.066
Nhamatanda	169	289	376	506	697	847	1.196
Dondo	1.728	1.226	1.430	1.984	2.586	2.677	3.327
Beira	40.048	57.028	64.638	80.619	95.268	103.861	112.596

Fonte: BM, INE.

2.2. Indicadores provinciais sobre contas bancárias e de moeda eletrónica

Em 2021, o indicador referente ao número de contas bancárias em proporção da população adulta fixou-se em 34,5%, contra 35,6%, em 2015, ilustrando uma redução da bancarização na província de Sofala (Tabela 2). Em termos de desagregação por género, observa-se a uma tendência de aumento ligeiro da bancarização para as mulheres e redução para os homens, bem como o *gap* de género ter reduzido em 4,2pp.

Tabela 2. Indicadores provinciais sobre contas bancárias e de moeda eletrónica

INDICADORES DE USO DE SERVIÇOS FINANCEIROS	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Nº de contas bancárias em proporção da população adulta	35,6%	39,9%	38,7%	39,6%	36,1%	35,2%	34,5%
Nº de contas bancárias possuídas por mulheres em proporção da população adulta feminina	18,2%	20,4%	19,3%	19,7%	21,0%	20,4%	18,9%
Nº de contas bancárias possuídas por homens em proporção da população adulta masculina	52,6%	58,6%	57,9%	59,4%	50,9%	50,0%	49,1%

Nº de contas ME em proporção da população adulta	n.a.	26,7%	28,6%	38,8%	43,3%	51,7%	73,0%
Nº de contas ME possuídas por mulheres em proporção da população adulta feminina	n.a.	14,4%	15,4%	20,9%	25,8%	28,7%	39,2%
Nº de contas ME possuídas por homens em proporção da população adulta masculina	n.a.	29,4%	31,5%	42,7%	59,3%	62,5%	80,4%

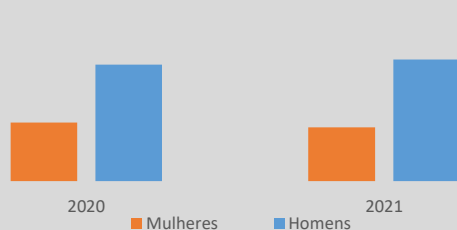
Fonte: BM, INE.

No que concerne ao indicador de contas de moeda electrónica (ME), cujos dados estão disponíveis a partir de 2016, regista-se um crescimento do número de contas de ME em proporção da população adulta, que, em 2021, fixou-se em 73,0%. A desagregação por género indica que ambos os indicadores observaram um crescimento ao longo dos últimos seis anos, contudo o *gap* de género é de cerca de 41,2pp a favor dos homens.

3. Financiamento Bancário e Poupança por Género

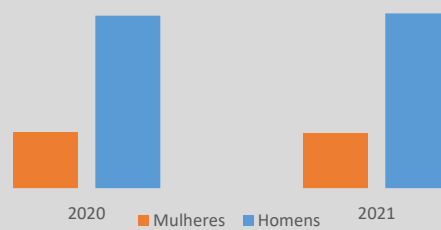
Em 2021, do total de volume de depósitos realizados na província de Sofala, pelos clientes particulares junto das instituições de crédito, 30,1% consistiu em depósitos realizados em contas de titulares do sexo feminino e 67,5% consistiu em depósitos realizados em contas de titulares do sexo masculino, uma redução de 2,7pp e incremento de 2,9pp, respectivamente, face a 2020 (Gráfico 1.1.). Relativamente ao financiamento concedido a particulares, observou-se a uma ligeira redução do número de créditos concedido às mulheres, em cerca de 0,4pp e um aumento de 0,9pp no número de créditos concedido aos homens (Gráfico 1.2).

Gráfico 1.1. Depósito Realizado por Género



Fonte: ICSF.

Gráfico 1.1. Crédito Concedido por Género



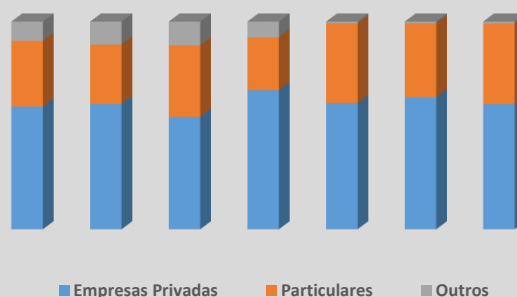
Fonte: ICSF.

4. Financiamento Bancário a Empresas e Particulares

No período de 2015 a 2021, o crédito ao sector privado tem se mantido acima de 55% do total do crédito à economia na província de Sofala, com excepção do ano de 2017.

Em 2021, o crédito a particulares atingiu o seu máximo de 38,7%, após a queda observa em 2020.

Gráfico 2. Crédito por Sectores Institucionais



Fonte: BM.

4.3 Mercado Segurador

Em 2021¹⁶, o mercado segurador moçambicano operou com 21 seguradoras (13 seguradoras que exploram os ramos Não Vida, quadro que exploram exclusivamente o ramo Vida e quadro que exploram cumulativamente os dois ramos), uma micro-seguradora, uma resseguradora, seis sociedades gestoras de fundos de pensões, 121 corretores de seguros, quatro correctores de resseguro e 30 agentes de sociedade comercial.

¹⁶ <https://issm.gov.mz/informacao-estatistica/relatorios-anuais/>

No período em análise, a actividade seguradora gerou cerca de 16.549,6 milhões de Meticais em prémios brutos, assim repartidos: 14.756,3 milhões de Meticais registados do ramo Não Vida e 1.793,3 milhões de Meticais do ramo Vida (Tabela 4).

Tabela 4: Total de Empresas do Mercado de Seguros

Indicador	2016	2017	2018	2019	3.ºT 2020	3.ºT 2021
Número de Empresas de Seguros	19	20	21	21	21	21
Não Vida	11	12	13	13	13	13
Vida	4	4	4	4	4	4
Mistas	4	4	4	4	4	4
Número de Empresas de Microseguros	1	1	1	1	1	1
Produção de Seguros (em milhões de MT)	10.626,8	13.023,4	13.158,9	15.950,1	15.229,2	16.549,6
Não Vida	8.794,1	11.504,7	11.482,7	13.813,6	13.328,3	14.756,3
Vida	1.832,7	1.518,7	1.676,2	2.136,5	1.900,9	1.793,3
Taxa de Crescimento	13,4%	22,6%	1,0%	21,2%	-4,5%	8,7%
Não Vida	14,5%	30,8%	-0,2%	20,3%	-3,5%	10,7%
Vida	8,3%	-17,1%	10,4%	27,5%	-11,0%	-5,7%

Fonte: ISSM e BM

Em termos nominais, até ao terceiro trimestre de 2021, o mercado segurador cresceu em 5,9%, em relação a igual período de 2020¹⁷. A taxa de penetração de seguros na economia manteve-se em 1,7% (Tabela 5).

Tabela 5: Principais Indicadores do Mercado Segurador

N.º	Indicador	2016	2017	2018	2019	3º.T 2020	3º.T 2021
1	Prémios Brutos Emitidos (milhões de MT)	10.610,8	13.023,4	13.158,9	15.950,1	15.229,2	16.549,6
2	Taxa de Crescimento dos PBEs (%)	13,2%	22,7%	1,0%	21,2%	-4,5%	8,7%
3	Taxa de Penetração de Seguros (%)*	1,5%	1,6%	1,5%	1,7%	1,7%	1,7%
4	Prémios per Capita (Meticais)	401,9	480,6	471,6	544,4	519,8	550,5
5	Taxa de Crescimento dos Prémio per Capital (%)	10,2%	19,6%	-1,9%	15,4%	-4,5%	5,9%

Fonte: ISSM e BM

Nota: ² PIB provisório com base em provisões

4.4 Mercado de Capitais

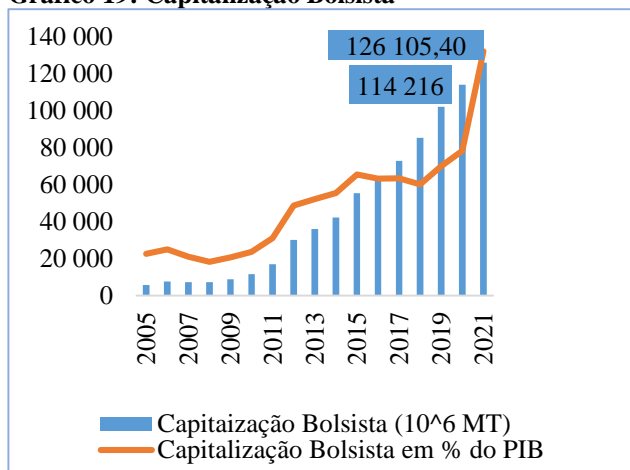
O desempenho do mercado bolsista encontra fundamento no comportamento dos seus principais indicadores, isto é, a capitalização bolsista bruta em percentagem do PIB, volume de negócios, liquidez do mercado, número de títulos cotados, entre outros.

¹⁷ [Principais Indicadores Trimestrais- III Trimestre de 2021](#)

A capitalização bolsista, principal indicador do mercado bolsista, evoluiu de 114.216,65 milhões de MT, em 2020, para 126.105,40 milhões de MT, em 2021, equivalente a um crescimento em 10%. Em termos de proporção do PIB a capitalização bolsista situou-se em 18,9% (Gráfico 26).

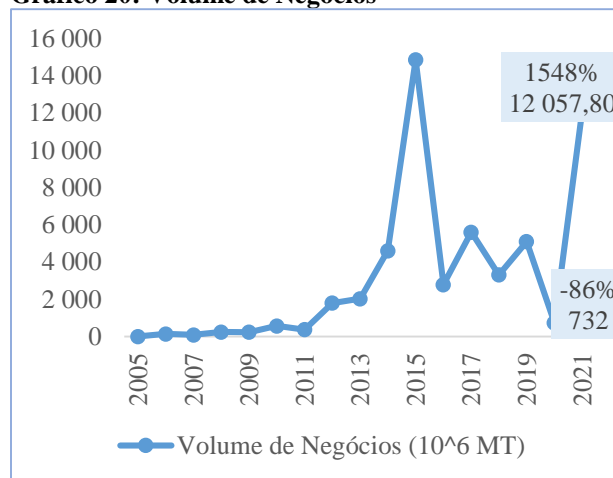
O volume de transacções situou-se em 12.058 milhões de MT, uma evolução de cerca de 1548.3%, comparativamente ao período homólogo de 2020 (Gráfico 27).

Gráfico 19: Capitalização Bolsista



Fonte: BVM

Gráfico 20: Volume de Negócios



Caixa 2.

Mapeamento Georreferenciado dos Pontos de Acesso aos Serviços Financeiros e sua relevância para a Inclusão Financeira

O Banco de Moçambique tem vindo a levar a cabo acções de monitoria junto de diferentes instituições financeiras, no âmbito da implementação da ENIF 2016-2022. Esta acção visa garantir o mapeamento e melhorar o acompanhamento da expansão dos pontos de acesso aos serviços financeiros.

1. Mapeamentos dos pontos de acesso aos serviços financeiros

A ENIF estabelece como uma das metas para 2022 que *75% da população tenha um ponto de acesso aos serviços financeiros a menos de 5 km do local de residência ou trabalho*¹⁸. A monitoria desta meta é através da plataforma geospacial (*Geographic Information System*¹⁹ - GIS), cujo uso resulta

¹⁸ Devido a dificuldades de obtenção de dados de mapeamento das residências no país, para a medição desta meta foi considerada, a percentagem da população residente em bairros a menos de 5km de um ponto de acesso a serviços financeiros.

¹⁹ Geographic Information System – um sistema constituído por um conjunto de programas computacionais, o qual integra dados equipamentos e pessoas, com objective de colectar, armazenar, manipular, visualizar e analisar dados espacialmente referenciados a um sistema de coordenadas conhecido.

da parceria iniciada a 19 de Janeiro de 2018, entre o BM e a Agência de Desenvolvimento Espacial do Ministério dos Transportes e Comunicações (MTC).

O mapeamento geospacial GIS visa permitir que os consumidores de produtos e serviços financeiros e a população em geral procedam à localização geospacial dos pontos de acesso aos serviços financeiros, em todo o país, nomeadamente, agências de instituições de crédito (bancos, microbancos, cooperativas de crédito), agentes bancários, organizações de poupança e empréstimo, operadores de microcrédito, ATM, POS, agentes de IME, entre outros.

2. Relevância de mapeamento dos pontos de acesso aos serviços financeiros

O processo de mapeamento de pontos de acesso é contínuo, na medida em que são criados novos pontos assim como desactivados pontos ao longo do tempo. A captação de dados geoespaciais está associada às características de cada ponto, sendo que, entre os pontos de acesso aos serviços financeiros, existem aqueles que têm como característica o facto de serem fixos, como as agências bancárias e ATM e têm os pontos móveis como os agentes de IME e POS.

Para o desenvolvimento de medidas adicionais que visam promover a inclusão financeira, a plataforma GIS permite que: (i) se faça uma combinação com outras características geoespaciais, como limites territoriais das unidades administrativas, a população e sua distribuição na unidade administrativa específica, a rede de estradas e sistema de transporte, a rede de distribuição da energia eléctrica, das infra-estruturas de comunicações, das estruturas económicas, entre outros; e (ii) se adicione um novo tipo de acesso aos serviços financeiros e uma nova característica geospacial, a qualquer momento.

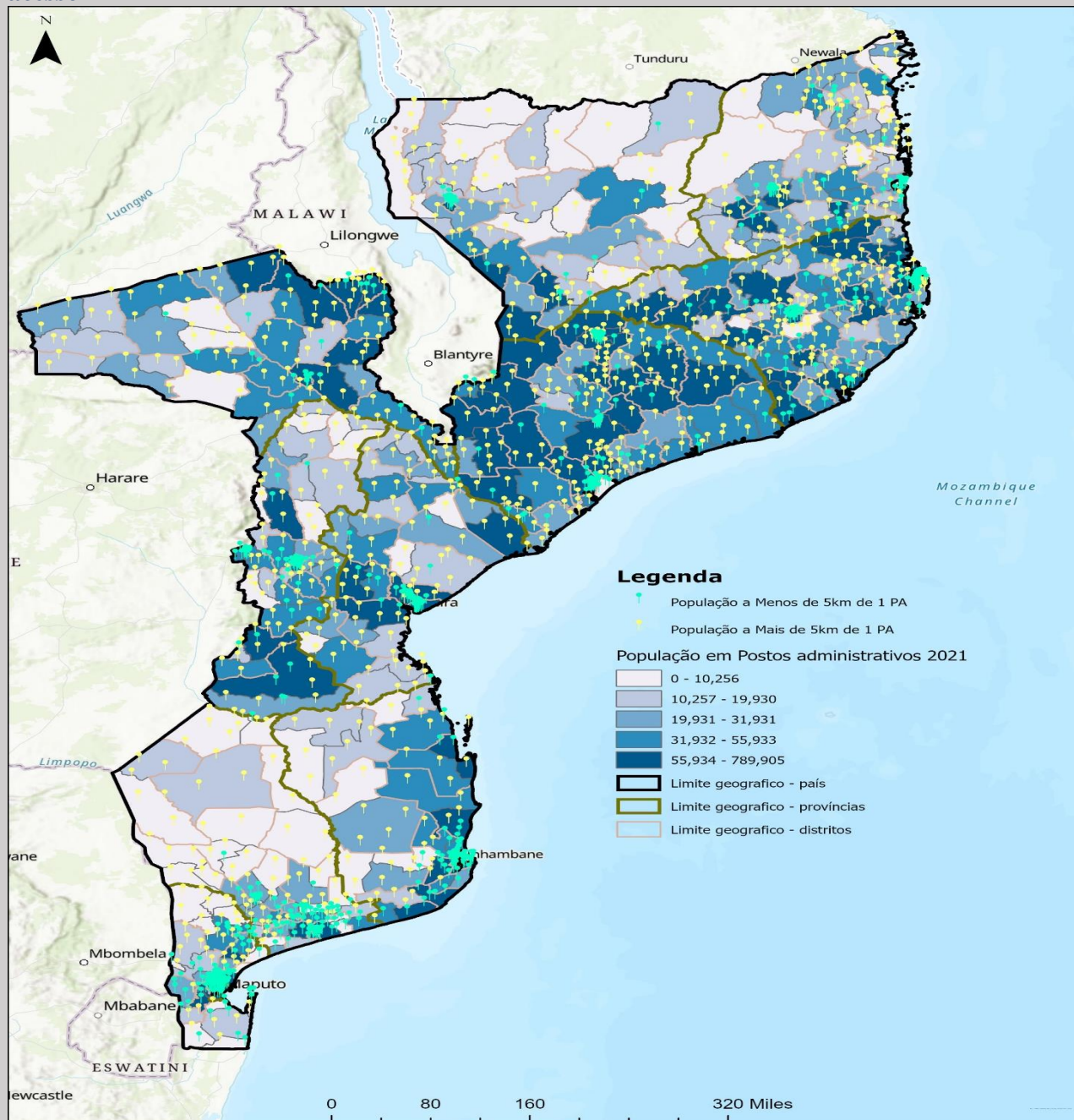
3. Estágio actual do Mapeamentos dos pontos de acesso aos serviços financeiros em relação à meta para 2022

A monitoria do nível de captação dos pontos de acesso pelos bancos e IME tem sido efectuada pelo BM ao nível da plataforma, com apoio do MTC, através da Agência de Desenvolvimento Espacial, sendo que a monitoria da meta estabelecida pela ENIF teve seu início no presente ano.

Estatísticas actuais do BM mostram que, até Dezembro de 2021, o indicador referente à percentagem da população residente a menos de 5 km de um ponto de acesso situava-se em 48%, face aos 75% estabelecidos como meta para 2022 (Gráfico 1). Não obstante o baixo nível de execução desta meta, até este período, se enaltece o engajamento de todas as instituições financeiras envolvidas e que, de forma pontual, têm colaborado com o regulador para a captação dos seus pontos de acesso, bem como encorajado todas as instituições financeiras e os envolvidos no processo a envidarem mais esforços de modo a melhorar, ainda, os níveis deste indicador, contribuindo, assim, para o

apuramento dos níveis de inclusão financeira cada vez mais notáveis, sobretudo nas zonas rurais, onde reside a maior parte da população moçambicana.

Figura 1: Distribuição da população que reside a menos e/ou a mais de 5 km de um ponto de acesso



Fonte:BM

Dados colhidos da referida plataforma, no período em análise ilustram uma diferença considerável, quando comparados com a informação sobre os pontos de acesso recebida das instituições

financeiras, através dos mecanismos tradicionais de recolha, indicando que foram publicados na Rede Nacional SIG, um total de 94,132 pontos de acesso, cerca de 68% dos 138,642 reportados pelas ICSF ao BM (Gráfico 1).

Gráfico 1: Nível de captação de pontos de acesso na plataforma GIS/BM

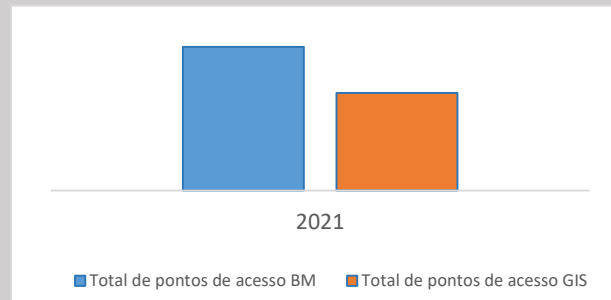
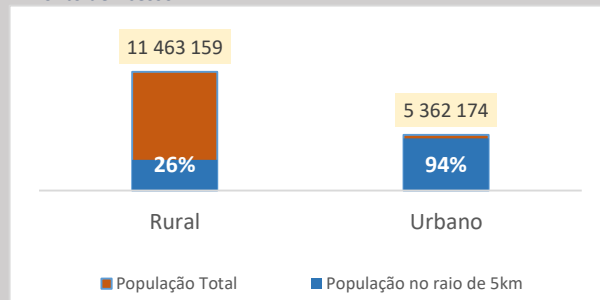


Gráfico 2: População residente em bairros a menos de 5km de um Ponto de Acesso



Fonte: BM

Em termos de região, os dados mostram que 94% da população na área urbana reside num raio de 5 km de um ponto de acesso, contra os 26% da população residente na região rural (Gráfico 3).

4. Desafios que persistem no processo de mapeamento dos pontos de acesso aos serviços financeiros

Conforme se pode concluir com os dados estatísticos apresentados, é de reconhecer o progresso nas acções que visam a monitoria desta meta. Entretanto, permanecem vários desafios, dentre os quais se destacam os seguintes:

- + Impulsionar maior engajamento e comprometimento das instituições financeiras envolvidas neste processo;
- + Melhorar a qualidade dos dados mapeados por forma a garantir que todos os dados mapeados reúnam as condições necessárias para constarem das análises espaciais e, desta forma, melhorar a precisão dos indicadores calculados;
- + A indisponibilidade de dados espaciais da população com a respectiva localização geográfica das residências pode influenciar na precisão do indicador referente à percentagem da população residindo a menos de 5 km do local de residência ou trabalho;
- + Os dados espaciais sobre a divisão administrativa do país dispõem de informação sobre o país no geral, as províncias, os distritos e os postos administrativos, limitando a análise para as localidades por ausência de dados.

5. ÍNDICE DE INCLUSÃO FINANCEIRA

O IIF, calculado pelo BM, registou uma variação negativa acentuada em 2021 em relação a 2020, tendo-se situado em 12,76 pontos, contra 13,93 pontos em 2020 e 14,54 pontos em 2019, conforme atesta a tabela 6.

Tabela 6: Evolução do IIF 2005-2021

Província	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Maputo Cidade	81,57	96,34	97,51	100,00	100,00	100,00	100,00	98,59	98,66	97,53	96,21	82,69
Maputo Província	10,90	14,49	14,59	13,96	15,63	16,17	16,41	16,84	16,96	16,49	14,67	9,95
Gaza	6,91	7,00	6,68	7,10	7,52	7,33	6,22	7,24	7,34	7,70	6,79	7,56
Inhambane	5,99	6,30	6,36	6,93	7,18	7,83	7,55	8,21	8,59	8,26	7,41	10,36
Sofala	3,82	4,87	4,95	5,69	5,52	5,65	5,03	4,87	5,06	5,31	4,80	4,35
Manica	3,15	3,65	3,39	5,50	5,65	6,27	4,92	5,47	5,33	5,13	5,11	6,54
Tete	3,02	3,79	3,91	4,20	4,68	4,85	4,03	4,13	4,02	4,31	3,95	4,20
Zambézia	1,99	2,04	2,14	2,53	2,91	3,13	2,35	2,75	2,79	2,97	2,84	2,84
Nampula	2,40	3,06	3,17	3,75	3,74	3,99	3,73	4,40	3,82	4,03	3,51	4,05
Cabo Delgado	2,01	2,25	2,35	3,16	3,89	4,16	4,28	4,25	4,70	5,23	4,38	4,09
Niassa	1,43	1,40	1,38	1,63	2,03	2,03	1,93	2,36	2,47	3,05	3,53	3,67
IIF Global*	11,20	13,20	13,31	14,04	14,43	14,67	14,22	14,46	14,52	14,54	13,93	12,76
IIF Restrito**	6,14	6,61	6,84	7,22	8,01	7,17	7,54	8,43	8,49	8,59	9,25	7,57

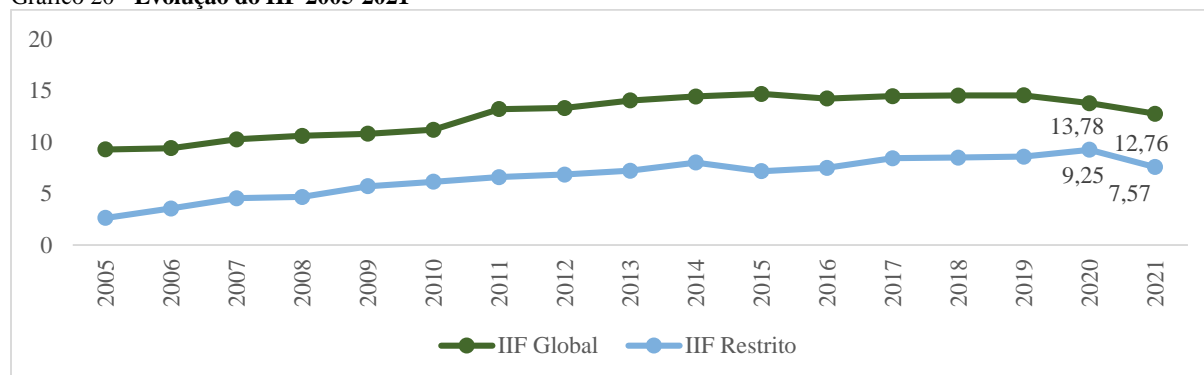
Fonte: BM

Notas: (*) IIF Global inclui a cidade de Maputo; (**) O IIF Restrito é calculado para a totalidade dos distritos do país (128 distritos entre 2005 e 2015 e 154 distritos de 2016 a 2020), excluindo a cidade de Maputo.

A deterioração da actividade económica, como efeito de COVID-19, a partir de 2020, influenciou na redução de alguns pontos de acesso, sobretudo do sector da banca tradicional (agências bancárias, microbancos e cooperativas de crédito, agentes bancários, ATM, POS, entre outros) e, consequentemente, dos seus indicadores. A queda do IIF agrava-se, ainda, pela redução acentuada dos pontos de acesso observada na cidade de Maputo, que contribui com maior peso na composição global do índice.

De igual modo, o IIF Restrito que agrega os 154 distritos do país, excluindo a cidade de Maputo, segue a mesma tendência de queda e reduziu em 1,68 pontos, fixando-se em 7,57 pontos em 2021, contra os 9,25 pontos em 2020 (vide o Gráfico 21).

Gráfico 20 - Evolução do IIF 2005-2021



Fonte: BM

Por seu turno, o índice de acesso demográfico do país situou-se em 15,36 pontos (0,7 pontos abaixo do registado em 2020), seguindo-se o índice de uso com 12,86 pontos (2,6 pontos abaixo do

registado em 2020) e o índice de acesso geográfico que registou 9,85 pontos, ou seja, 1,2 pontos abaixo do registado em 2020, conforme a Tabela 8.

Tabela 3: Índice de Acesso Geográfico, Demográfico e de Uso

Província	Índice de Acesso Geográfico		Índice de Acesso Demográfico		Índice de Uso		IIF GLOBAL	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Maputo Cidade	100,00	92,83	93,44	80,50	100,00	74,75	96,21	82,69
Maputo Província	6,78	2,05	19,04	16,69	19,64	11,02	14,67	9,92
Gaza	1,99	2,08	12,28	12,50	6,72	7,96	6,79	7,51
Inhambane	1,36	1,40	13,30	19,82	8,20	9,50	7,41	10,24
Sofala	1,30	0,92	6,53	6,25	6,78	5,80	4,80	4,32
Manica	2,05	2,90	6,28	6,78	7,18	9,45	5,11	6,37
Tete	1,46	1,12	6,30	6,08	4,26	5,24	3,95	4,15
Zambézia	1,72	1,33	3,89	3,51	2,99	3,51	2,84	2,78
Nampula	1,82	1,88	4,58	5,44	4,21	4,77	3,51	4,03
Cabo Delgado	2,27	1,40	5,63	5,55	5,41	5,02	4,38	3,99
Niassa	0,60	0,40	5,56	5,88	4,60	4,49	3,53	3,59
IIF Moçambique	11,03	9,85	16,08	15,36	15,45	12,86	13,93	12,69

Fonte: BM

6. PONTO DE SITUAÇÃO DAS ACTIVIDADES DO SANDBOX REGULATÓRIO

O Sandbox Regulatório do BM foi criado pelo banco central, em parceria com a Financial Sector Deepening Moçambique, no âmbito da ENIF, com vista a fomentar o surgimento de produtos e serviços financeiros inovadores.

O Sandbox é um ambiente regulamentar que permite às instituições emergentes financeiras e não financeiras, instituições de crédito, sociedades financeiras, prestadores de serviços de pagamento e outras instituições financeiras sujeitas à supervisão do BM testar, em ambiente real e durante um determinado período, os seus produtos e serviços financeiros, modelos de negócios e soluções inovadoras sob o acompanhamento do banco central.

O objectivo do Sandbox Regulatório do BM é, entre outros, promover a realização de testes de produtos e serviços financeiros, modelos de negócios e soluções inovadoras, bem como assegurar a identificação e adopção de medidas de mensuração, gestão e mitigação de riscos e de protecção de consumidores financeiros. Por outro lado, promover a concorrência e eficiência no mercado nacional, através da tecnologia financeira inovadora, assim como, promover a introdução, no mercado, de produtos financeiros, modelos de negócios e soluções inovadoras que contribuam para a melhoria da segurança, comodidade e redução de comissões e outros encargos, no seu acesso e uso pelos consumidores, bem assim a elevação da inclusão financeira.

Decorrente do processo de gestão e acompanhamento das actividades do Sandbox, em 2021 foi feita a avaliação dos participantes da 2.^a edição do Sandbox Regulatório do BM, onde foram aprovadas duas *fintechs* e prorrogado o período de testes-piloto, por três meses, bem assim a participação de outras três, para a conclusão dos testes em ambiente real.

Em Novembro de 2021, foi lançada a 3.^a edição, a qual conta participação de dez *fintechs*, actualmente em processo de enquadramento das suas soluções.

7. INICIATIVAS DO GOVERNO PARA A INCLUSÃO FINANCEIRA

As iniciativas do Governo orientadas, em grande medida, para a inclusão financeira da população rural têm contribuído para a melhoria dos níveis de disponibilidade e acessibilidade de produtos e serviços financeiros adequados às necessidades da população rural. De entre as iniciativas existentes que envolvem parcerias com instituições financeiras, destacam-se as seguintes:

- i) Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD);
- ii) Projecto “Um Distrito, um Banco”;
- iii) Programa SUSTENTA;
- iv) Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (PCR); e
- v) Sistema de Previdência Social do Estado.

7.1 Projecto do Fundo de Desenvolvimento Distrital²⁰

O FDD, vulgo “Sete Milhões”, constituiu uma das fontes de financiamento público à população rural para a geração de renda, criação de emprego e produção de comida. Em 2016, o Governo moçambicano decidiu redimensionar o fundo, recomendando a sua reestruturação e reduzindo, paulatinamente, a alocação dos recursos aos distritos. Estes, por sua vez, foram orientados a recolher os reembolsos para refinarciar novos projectos.

Assim, em 2021, o Ministério da Economia e Finanças (MEF) não efectuou desembolsos do FDD em nenhum distrito. No entanto, as províncias de Gaza e Manica reportam ter financiado com o valor dos reembolsos (quantia não especificada) 13 e seis projectos, respectivamente, que beneficiaram um total de 19 indivíduos e geram 35 postos de trabalho.

Tabela 4: Fundo de Desenvolvimento Distrital

N.º	Província	N.º de Beneficiários	N.º de Projectos	N.º de Empregos Criados
1	Maputo Cidade	-	-	-
2	Maputo Província	-	-	-
3	Gaza	13	13	23
4	Inhambane	-	-	-
5	Sofala	-	-	-
6	Manica	6	6	12
7	Tete	-	-	-
8	Zambézia	-	-	-
9	Nampula	-	-	-
10	Cabo Delgado	-	-	-
11	Niassa	-	-	-
	TOTAL	19	19	35

²⁰ O balanço do FDD tem sido feito com um ano de atraso devido, por um lado, a dificuldades de organização dos dados por parte dos governos distritais e, por outro, pela necessidade de mais tempo para a colecta e harmonização dos dados. Assim, neste relatório são relatados dados de 2020.

Fonte: MITADER e BM

Notas: A taxa de juro varia de 3% a 7% ao ano, sendo 7% para o comércio e 3% a 5% para as áreas produtivas e agricultura. O meio de financiamento ao beneficiário final é transferência bancária.

7.2 Projecto Um Distrito, um Banco

O Projecto “Um Distrito, Um Banco” tem como objectivo acelerar o processo de bancarização das zonas rurais, com vista a garantir total cobertura da rede bancária do país criando, desta forma, a igualdade de oportunidades em termos de proximidade e disponibilidade de serviços financeiros para todos os moçambicanos.

Em 2021, foram inauguradas duas agências bancárias, nos distritos de Zumbo, na província de Tete e de Molumbo, na província da Zambézia, perfazendo um total de 45 distritos bancarizados dos 69 planificados no âmbito da iniciativa.

Tabela 5: Projecto Um Distrito, um Banco 2021

Província	Banco	Distritos Abrangidos					Total	
		2016	2017	2018	2019	2020		2021
Cabo Delgado	BCI		Balama		Namuno			6
	BCI		Nangade	Muidumbi		Metuge		
	BIM				Mecúfi			
Niassa	BCI			Maua	Mavago			6
	BCI				Mecula			
	BIM				Nipepe			
	MOZA					Chimbonila		
Nampula	BCI	Morrupula			Mecuburi			7
	BIM			Mossuril	Lalaua			
	BIM				Mogincual			
	MOZA				Memba			
	MOZA				Nacaroa			
Zambézia	BIM				Pebane			5
	BCI				Gilé	Derre	Molumbo	
	BCI					Ile		
Tete	BCI				Chifunde			5
	BCI				Marávia			
	MOZA				Tsangano		Zumbo	
	BIM					Magoé		
Sofala	BCI		Chemba	Cheringoma		Chibabava		6
	BIM				Muanza			
	BIM				Machanga			
	MOZA						Maringue	
Manica	MOZA	Gondola						4
	MOZA	Vandúzi			Machaze			
	BCI	Guro						
Inhambane	BCI		Mabote		Funhalouro			2
Gaza	MOZA	Chicualacuala			Mapai			4
	MOZA				Chigubo			
	MOZA				Guija			
TOTAL		5	4	4	22	7	3	45

Fonte: MITADER e BM

7.3 Projecto Sustenta²¹

O SUSTENTA é um projecto de gestão integrada de agricultura e recursos naturais cujo objectivo é promover e facilitar o desenvolvimento rural integrado, com vista a contribuir para a melhoria das condições de vida das famílias rurais.

Na campanha agrária 2020/2021, o SUSTENTA beneficiou 103 distritos em em províncias do país (excepto Inhambane, Maputo província e Maputo cidade), onde foram financiados 543 pequenos agricultores comerciais emergentes (PACE) para atender 112.000 pequenos agricultores, correspondentes a 56.040 agregados familiares. Outros 181 empreendedores do sector agrário das províncias de Cabo Delgado, Zambézia, Manica, Sofala e Gaza receberam um financiamento directo. No global, de forma directa e indirecta, o programa abrangeu 291.241 beneficiários.

Tabela 6: Projecto Sustenta 2021

N.º	Província	N.º de Beneficiários (1)	Instituições Bancárias Parceiras (2)	N.º de Agências Abertas (3)	Valor Médio de Financiamento
1	Maputo cidade	0	Banco de Mocambique	0	-
2	Maputo província	0		0	-
3	Gaza	10		0	-
4	Inhambane	0		0	-
5	Sofala	12		0	-
6	Manica	9		0	-
7	Tete	12		0	-
8	Zambézia	19		0	-
9	Nampula	21		0	-
10	Cabo Delgado	10		0	-
11	Niassa	10		0	-
TOTAL		103	0	0	-

Fonte:MITADER/Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS)

7.4 Projecto Grupos Poupança e Crédito Rotativo

Os PCR ou ASCAs são formas organizativas de promoção de acesso da população de baixa renda aos serviços financeiros, particularmente nas zonas rurais remotas.

Em 2021, foram registados um total de 85 operadores, dentre organizações não-governamentais, organizações governamentais e promotores independentes – que promovem os PCR com diferentes metodologias e objectivos.

Os PCR estão presentes em todas as províncias perfazendo um total de 4.604 grupos até Dezembro de 2021. Os grupos mais estruturados encontram-se nas províncias de Inhambane, Sofala, Zambézia, Nampula e Niassa, e servem a 156.562 membros.

²¹ O projecto SUSTENTA não financia a instalação/construção de agências bancárias, daí que foi considerado “N/A – não aplicável” as colunas sobre (i) Instituições Bancárias Parceiras, (ii) N.º de Agências Abertas e (iii) Valor Médio de Financiamento Recebido. Foram acrescentadas as colunas de (i) N.º de PACE e (ii) Valor Global Financiado.

Durante o período em análise, os PCR registaram uma carteira de depósito no valor de 638.524 mil MT, conforme a Tabela 11.

Tabela 7: Informação Estatística sobre Grupos de Poupança em 2021

N.º	Província	N.º de Grupos	N.º de Membros	Operadores/ Dinamizadores	N.º de Organizações Financiadoras	Carteira de crédito	Carteira de depósitos
1	Maputo cidade	-	-	-	-	-	-
2	Maputo província	253	6,747	(Prosul-Calipso, Calipsoc, Agro-Mozal)	2	-	75,412,583
3	Gaza	551	17,929	(Kulima, FARE/REFP, REFP-NHP, Prosul-FDM, ADCR, IDEPA, GAPI, SDAE, FAO-Save the children)	2	-	62,598,971
4	Inhambane	1236	31,862	(CARE, IDEPA, AIPDC, Kukula, IDPPE, Calipso-Pesca, Gapi-SI, PRIORIZE, NHP-Prosul, Sardonica, SDAE, Covida, Livaningo, Propesca, Promel e Plan)	4	-	239,519,786
5	Sofala	618	41,473	(ADEM, GAPI, Associação 3.º Bairro, EMC, ADEL-Sofala, Visão Mundial, Kuphedzana, FNDS, Covida, Ademo, FH Association)	2	-	80,745,018
6	Manica	200	11,205	(ADEM, OCODEMA, Kubatsirana, Alfalite, Kaedza Samukai, CARE, Visão Mundial, KMS, Child Fund, Associação Cuidados para a Vida, AKS, ANDA, Girl Child Rights, UCAMA, Manuel Joaquim Domingos, Associação Olhar Futuro da Criança)	-	-	47,746,107
7	Tete	182	6,864	(Ide-Moçambique, GAPI, Paróquia-MTZ, Missão Salesiana Dom Bosco Moç., ADEL Tete, ADEMUCHA, ADPP, ECOFISH, Ass. Extensionistas e consultores , UNAC, UPC, Visão Mundial e SDAE)	-	-	42,398,149
8	Zambézia	708	21,221	18 (Sofreco, AMUDEM, ADRA, CELIN, Visão Mundial, OMM, Cosv, Terra Nossa, UATAF, Projecto vias sustentáveis de Mulumbo, Nana, Clusa, Caritas NAFEZA, Proiri, FAO e PROMER ²²)	4	-	25,532,434
9	Nampula	395	7,375	(OLIPA-FAO, Swofish,OPHAVELA, KULIMA, ADEL Nampula, CLUSA, IDPPE e GAPI)	1	-	1,481,857
10	Cabo Delgado	116	2,930	(Oikos-PROMER, CESAL, AMA, ADEL-CARE, Projecto DEMALIBA, Fundação Contra a Fome, GAPI e Tecnico)	1	-	43,538,528
11	Niassa	345	8,956	(PROMER-GAPI, SNV, UPCN, UCA, Projecto DEMALIBA)	1	-	19,551,008
TOTAL		4,604	156,562	85	17	-	638,524,440

Fonte: MITADER

²² Programa de Apoio aos Mercados Rurais

7.5 Bancarização dos Pensionistas do Sistema de Previdência Social do Estado

O sistema obrigatório de previdência social do Estado, que abrange funcionários civis e militares do Estado, contou, até Dezembro de 2021, com um total de 219.561 pensionistas, contra 209.648, em 2020 (i.e. um aumento de 4,7%), dos quais 184.433 (84%) receberam as suas pensões via transferências bancárias, contra 165.722 pensionistas que recebiam via banco, em 2020, correspondente a um aumento de 11,3%.

Nas províncias de Inhambane e Manica, a totalidade de pensionistas recebe via banco e os níveis mais baixos de bancarização dos pensionistas do sistema de previdência social do Aparelho do Estado observam-se na província Gaza e cidade de Maputo, com taxas de 36,1% e 58,2%, respectivamente.

Tabela 8: Nível de Bancarização dos Pensionistas do INPS em 2020

N.º	Província	N.º de pensionistas do INPS			N.º de pensionistas que recebem via banco			Pensionistas não bancarizados			% pensionistas bancarizados		Instituições bancárias a operar no pagamento de pensões
		2020	2021	Var.	2020	2021	Var.	2020	2021	Var.	2020	2021	
1	Central	38,401	39,165	2.0%	32,691	33,864	7,737	5,710	5,301	-7.2%	85.1%	86.5%	(¹) (²) (³) (⁴)
2	Maputo cidade	3,290	3,643	10.7%	2,627	2,119	0	663	1,524	100.0%	79.8%	58.2%	(¹) (²) (³)
3	Maputo província	8,337	8,661	3.9%	5,665	8,192	690	2,672	469	-82.4%	68.0%	94.6%	(¹) (²) (³)
4	Gaza	8,655	9,097	5.1%	8,631	3,284	6,982	24	5,813	24120.8%	99.7%	36.1%	(³)
5	Inhambane	9,161	9,425	2.9%	7,072	9,425	0	2,089	0	100.0%	77.2%	100.0%	(²) (³)
6	Sofala	17,501	17,957	2.6%	12,428	15,605	3,364	5,073	2,352	-53.6%	71.0%	86.9%	(¹) (²)
7	Manica	16,978	17,621	3.8%	16,978	17,621	1,087	0	0	0	100.0%	100.0%	(¹) (³)
8	Tete	15,464	16,389	6.0%	15,464	16,101	1,797	0	288	0	100.0%	98.2%	(¹) (³)
9	Zambézia	11,527	12,303	6.7%	9,490	10,435	2,671	2,037	1,868	-8.3%	82.3%	84.8%	(¹) (²) (³) (⁴)
10	Nampula	16,946	17,497	3.3%	12,053	14,515	6,115	4,893	2,982	-39.1%	71.1%	83.0%	(¹) (²) (³) (⁵)
11	Cabo Delgado	47,965	49,622	3.5%	30,553	37,202	22,867	17,412	12,420	-28.7%	63.7%	75.0%	(¹) (²) (³)
12	Niassa	15,423	18,181	17.9%	12,070	16,070	3,267	3,353	2,111	-37.0%	78.3%	88.4%	(¹) (²) (³)
	TOTAL	209,648	219,561	4.7%	165,722	184,433	11.3%	43,926	35,128	-20.0%	79.0%	84.0%	-

Fonte: INPS

Nota: (¹) BCI; (²) Absa; (³) MBIM; (⁴) Standard Bank; (⁵) Moza.

8. MONITORIA E AVALIAÇÃO DA ENIF

8.1 Grau de Cumprimento do Plano de Acções

Das 54 acções inscritas no Plano de Acções da ENIF 2016-2022, 17 acções (31,5%) foram realizadas, 21 acções (38,9%) encontram-se em curso, quatro acções (7,4%) ainda não foram iniciadas e 12 acções (22,2%) são de carácter permanente, conforme ilustra a Tabela 13 abaixo:

Tabela 9: Nível de Execução do Plano de Acções da ENIF

Ano de 2021								
	Pilar I		Pilar II		Pilar III		TOTAL	
	Acesso e uso de serviços financeiros		Fortalecimento da infra-estrutura financeira		Protecção do consumidor e educação financeira			
	N.º de Acções	%	N.º de Acções	%	N.º de Acções	%	N.º de Acções	%
Realizadas	10	32,3%	5	62,5%	2	13,3%	17	31,5%
Em Curso	14	45,2%	2	25,0%	5	33,3%	21	38,9%
Permanentes	4	12,9%	0	0,0%	8	53,3%	12	22,2%
Não Iniciadas	3	9,7%	1	12,5%	0	0,0%	4	7,4%
Total	31	100,0%	8	100,0%	15	100,0%	54	100,0%

Ano de 2020

	Pilar I		Pilar II		Pilar III		TOTAL	
	Acesso e uso de serviços financeiros		Fortalecimento da infra-estrutura financeira		Protecção do consumidor e educação financeira			
	N.º de Acções	%	N.º de Acções	%	N.º de Acções	%	N.º de Acções	%
Realizadas	8	25,8%	5	62,5%	2	13,3%	15	27,8%
Em Curso	16	51,6%	2	25,0%	5	33,3%	23	42,6%
Permanentes	4	12,9%	0	0,0%	8	53,3%	12	22,2%
Não Iniciadas	3	9,7%	1	12,5%	0	0,0%	4	7,4%
Total	31	100,0%	8	100,0%	15	100,0%	54	100,0%

Fonte: BM

Em 2021, houve um incremento em 3,7pp de acções realizadas, ao passar de 15 acções, em 2020 para 17, em 2021.

Quadro 4 - Grau de Cumprimento do Pilar I – Acesso e Uso de Serviços Financeiros

Pilar I	Acesso e Uso de Serviços Financeiros			
Grau de Cumprimento	Realizadas 10	Em Curso 14	Não Iniciadas 4	Permanentes 3

Objectivo	Área	Acções	Líder	Ponto de Situação
Expandir e diversificar a rede de pontos de acesso aos	Quadro regulamentar – pontos de acesso	1. Promover uma ampla aplicação do Aviso n.º 3/2015 sobre o regime de acesso e exercício de actividade de agentes bancários.	BM	
		2. Com base no mapeamento geoespacial, definir possíveis medidas regulamentares para complementar a futura rede de agentes em zonas desfavorecidas, como a criação de agências <i>light</i> .	BM	
Aprimorar o	Serviços de pagamento	3. Criar, regulamentar e promover a conta bancária básica.	BM	

Objectivo	Área	Acções	Líder	Ponto de Situação	
		4. Propor uma regulamentação específica sobre a abertura e movimentação de contas bancárias, incluindo a redução da idade mínima.	BM		
		5. Promover pagamentos electrónicos (expansão de POS)	BM MIC		
		6. Estabelecer um quadro regulamentar único para a actividade de emissão de moeda electrónica.	BM		
		7. Aprimorar o quadro regulamentar para garantir a eficiência, concorrência e segurança das transacções electrónicas no sistema financeiro.	BM		
		8. Criar um quadro legal, regulamentar e de supervisão para a actividade de transferências domésticas e internacionais de fundos (<i>money transfers</i>).	BM		
		Seguros	9. Criar e expandir produtos de microsseguros orientados para as MPME.	AMS	
			10. Criar serviços de seguros por meio do telemóvel.	ISSM AMS	
			11. Criar um quadro regulamentar para a expansão de produtos de microsseguros simplificados.	ISSM	
	12. Fortalecer a capacidade de supervisão do ISSM.		ISSM		
	Finanças rurais	13. Criar um quadro regulamentar para o desenvolvimento do financiamento com base em certificados de depósito.	MIC		
		14. Promover campanhas de registo dos cidadãos nacionais e disponibilização de documentos de identificação.	MJACR		
	Finanças para habitação	15. Criar um programa nacional de finanças para habitação.	FFH		
	Desenvolver uma gama de produtos para MPME, população de baixa renda e agricultores	Provisão de serviços de pagamentos em massa	16. Pagar aos pensionistas e beneficiários do INSS por meios electrónicos que facilitem a inclusão financeira.	INSS	
			17. Pagar aos beneficiários dos programas da Acção Social por meios electrónicos que facilitem a inclusão financeira.	MGCAS	
		Provisão de serviços de seguros	18. Desenvolver produtos de microsseguros orientados par as MPME, agricultores, <i>mukheristas</i> , vendedores de mercados e população de baixa renda.	ISSM AMS	
Provisão de serviços de crédito, poupança, e pagamentos		19. Desenvolver produtos de financiamento, de poupança e de pagamentos adequados à população de baixa renda, MPME e agricultores.	BM AMB IME		

Objectivo	Área	Acções	Líder	Ponto de Situação
Aumentar o nível de informação sobre inclusão financeira	Capacidade das instituições financeiras	20. Recolher informação estatística adicional relevante para a compilação dos indicadores de inclusão financeira	BM ISSM BVM	
		21. Realizar eventos de disseminação de conhecimentos (<i>workshops</i> e cursos) sobre modelos de negócios voltados para segmentos de baixa renda, agricultores ou MPME, e respectivos modelos de gestão de riscos.	BM ISSM AMB AMS BVM	
		22. Criar mecanismos de formação de profissionais do mercado de seguros (actuários) e mercado de capitais.	ISSM AMS BVM	
	Informações sobre o potencial do mercado	23. Realizar estudo sobre os fluxos de pagamentos em massa no sector privado que poderiam ser digitalizados.	BM	
		24. Realizar estudo diagnóstico sobre o mercado de transferências domésticas e internacionais.	BM	
		25. Realizar o estudo da inclusão financeira com base numa abordagem do lado da procura.	BM	
		26. Realizar um diagnóstico sobre o mercado de <i>leasing</i> .	BM	
		27. Realizar um diagnóstico sobre o mercado de <i>factoring</i> .	BM	
		28. Realizar uma avaliação das iniciativas existentes para as finanças rurais, com o fim de aprimorar e identificar sinergias com a iniciativa privada.	MITADER	
	Elegibilidade das MPME	29. Fortalecer a capacidade (gestão, contabilidade, planificação) das MPME e a sua ligação com as estruturas de mercado (associações e cadeias produtivas).	IPEME	
	Indicadores sobre inclusão financeira	30. Implementar um regime de informações para identificar a carteira de crédito a MPME.	BM	
31. Criar o relatório anual de inclusão financeira.		BM		

Fonte: ENIF

Quadro 5 - Grau de Cumprimento do Pilar II – Fortalecimento da Infra-estrutura Financeira

Pilar II

Fortalecimento da Infra-Estrutura Financeira

Realizadas	Em Curso	Não Iniciadas	Permanentes
5	2	1	0

Objectivo	Área	Acções	Líder	Ponto de Situação
Aprimora a infra-estrutura do SNP	Sistema Nacional de Pagamentos	1. Criar o regulamento de empresas operadoras de serviços de pagamentos.	BM	
Aprimorar a infra-estrutura para a expansão saudável do crédito	Informações de crédito	2. Aprimorar o regime de informações à CRC para garantir informações actualizadas sobre emprestadores.	BM	
	Garantias móveis	3. Criar um registo de garantias móveis	MJACR BM	
		4. Criar um quadro legal para utilização de garantias móveis e para aprimorar direitos creditórios (<i>Secured Transactions Law</i>).	MJACR BM	
	Garantias imóveis	5. Modernizar, automatizar e ampliar a cobertura dos registos de bens imóveis.	MJACR MEF	
	Execução de garantias	6. Realizar um diagnóstico sobre o quadro legal e a estrutura existente para execução tempestiva e justa de garantias no âmbito extrajudicial.	BM	
	Fundo de garantia	7. Realizar um mapeamento e diagnóstico dos fundos de garantia de crédito existentes.	BM AMB IPEME	
8. Criar um fundo de garantia de crédito, seguindo as melhores práticas internacionais, para incentivar o crédito a MPME e agricultores.		BM AMB IPEME		

Fonte: ENIF

Quadro 6 - Grau de Cumprimento do Pilar III – Protecção do Consumidor e Educação Financeira

Pilar III

Protecção ao Consumidor e Educação Financeira

Realizadas	Em Curso	Não Iniciadas	Permanentes
2	5	0	8

Objectivo	Acções	Líder	Ponto de Situação
Aprimorar o quadro legal, regulamentar e de supervisão para a protecção dos consumidores financeiros	1. Rever e actualizar o Aviso 5/GBM/2009, sobre regime de comissões e outros encargos	BM	
	2. Desenvolver a metodologia de supervisão comportamental.	BM	
	3. Aprimorar o Aviso n.º 4/2009 para definir padrões mínimos de operação dos canais de registo e tratamento de reclamações dos consumidores.	BM	
	4. Criar <i>key facts statement</i> padronizados para os produtos financeiros de consumo mais comuns.	BM	

Objectivo	Acções	Líder	Ponto de Situação
Aumentar a gama e a qualidade de informações disponibiliza	5. Disponibilizar no <i>website</i> do BM informações comparativas sobre comissões e outros encargos dos principais produtos do mercado de retalho.	BM	
	6. Disponibilizar no <i>website</i> do BM estatísticas de reclamações dos consumidores contra instituições financeiras supervisionadas pelo bano central.	BM	
Aumentar o nível de conhecimento financeiro por segmentos específicos da sociedade	7. Criar um programa nacional único de educação financeira em Moçambique.	BM, ISSM, BVM, MINEDH, MEF	
	8. Apoiar a inclusão financeira através da divulgação, junto das populações, das condições de acesso aos serviços mínimos bancários.	BM	
	9. Sensibilizar a população para a importância da poupança.	BM	
	10. Promover e fomentar conhecimentos e atitudes financeiras responsáveis.	BM, ISSM e BVM	
	11. Esclarecer o cidadão sobre os direitos e deveres do cliente bancário e das instituições financeiras.	BM e ISSM	
	12. Contribuir para a eficiência e solidez do mercado financeiro.	BM, ISSM e BVM	
	13. Dotar a população e as empresas de conhecimentos sobre o mercado de capitais.	BVM	
	14. Promover a adesão das empresas, incluindo PME, ao mercado bolsista.	BVM	
	15. Realizar campanhas de aconselhamento de crédito para os clientes que enfrentam problemas de sobre-endividamento, contribuindo, assim, para se inculcitr práticas de poupança.	BM MINEDH	

Fonte: ENIF

8.2 Grau de Cumprimento das Metas de Inclusão Financeira

8.1.1. Metas Globais

As metas globais de inclusão financeira constantes da ENIF encontram-se definidas para os anos de 2018 e 2022. A monitoria e avaliação destas metas é parte integrante da estratégia, permitindo aos reguladores e partes interessadas avaliar os resultados alcançados e tomar medidas correctivas que visam o alcance das metas estabelecidas.

Deste modo, em 2021, a percentagem da população adulta com acesso físico ou electrónico aos serviços financeiros prestados por uma instituição financeira bancária situou-se em 31,3%, isto é, abaixo, em 28.7pp, da meta definida para 2022, de 60%. A percentagem da população adulta com contas abertas junto das IME situou-se em 67.2%, ou seja, 7.2 pp acima da meta de 2022 (de 60%).

No mesmo período, a totalidade dos distritos apresenta pelo menos um ponto de acesso aos serviços financeiros, alcançando, assim, a meta de 100% definida para 2022 (vide a Tabela 15).

Tabela 10: Nível de Execução das Metas Globais de Inclusão Financeira em 2021

N.º	Indicador	Realizado						Meta 2022	Desvio em Relação à Meta de 2020
		2016	2017	2018	2019	2020	2021		
1	Percentagem da população adulta com acesso físico ou electrónico aos serviços financeiros prestados por uma instituição financeira formal*								
	a. Percentagem de população adulta com acesso aos serviços bancários	36,0%	32,9%	32,7%	30,5%	31,4%	31,3%	60,0%	(28,7)pp
	b. Percentagem de população adulta com acesso aos serviços financeiros não bancários providos por IME	44,0%	44,0%	51,3%	56,3%	66,4%	67,2%	60,0%	7,2pp
2	Percentagem de distritos com pelo menos um ponto de acesso aos serviços financeiros formais**	57,8%	56,5%	64,3%	72,7%	98,1%	100,0%	100,0%	0,0pp
3	Percentagem da população com um ponto de acesso aos serviços financeiros a menos de 5 km do local de residência ou trabalho (GIS)***	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	48%	75,0%	(27,0)pp

Fonte: BM

Notas: (*) Calculado com base em número de contas (bancárias e de moeda electrónica) em % da população adulta.

(**) Calculado com base em distritos (154) cobertos por agências bancárias até 2020 e desde 2021 com pelo menos um ponto de acesso (agência bancária, agentes bancários, agentes de moeda electrónica, POS, ATM, representações e/ou delegações).

(***) Devido à dificuldades de obtenção de dados de mapeamento das residências no país, para a medição desta meta foi considerada a percentagem da população residente em bairros a menos de 5 km de um ponto de acesso aos serviços financeiros.

A compilação do grau de execução do indicador relativo à percentagem da população com um ponto de acesso aos serviços financeiros, a menos de 5 km do local de residência ou de trabalho, é feita com base em dados sobre coordenadas geográficas dos pontos de acesso, a partir de 2021, e com a taxa de mapeamento de 76% dos pontos de acesso (agências bancárias, de microbancos e cooperativas de crédito, agentes bancários, ATM, POS e agentes de IME) existentes no país, os quais, até Dezembro de 2021, totalizavam 135.138 pontos.

A tabela 13 e os gráficos 23 e 24 mostram que, até finais de 2021, 50% das metas globais foi cumprida, nomeadamente, 100% dos distritos apresentavam, pelo menos, um ponto de acesso aos produtos ou serviços financeiros e que a percentagem de população adulta com acesso aos serviços financeiros não bancários providos por IME situou-se em 67,2%, bem acima da meta de 60%.

Por outro lado, em 2021, usando a plataforma GIS de mapeamento geoespacial e dos dados espaciais, aferiu-se que apenas 48% da população reside ou trabalha num raio inferior a 5 km de um ponto de acesso aos serviços financeiros, representando 27pp abaixo da meta estabelecida para 2022, de 75% (Gráfico 24).

Gráfico 21 - População adulta com acesso aos serviços financeiros bancários

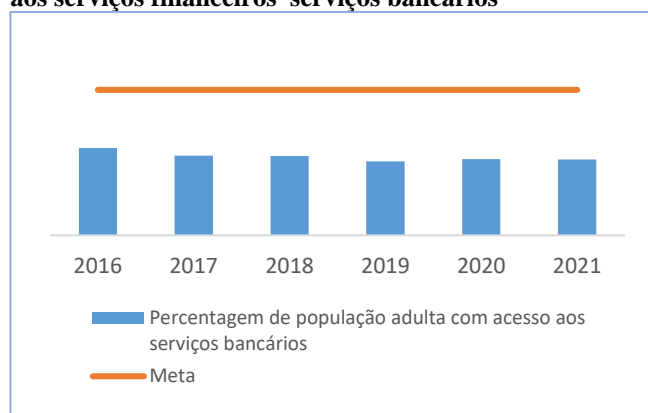


Gráfico 22 - Percentagem de população adulta com acesso aos serviços financeiros não bancários providos por IME

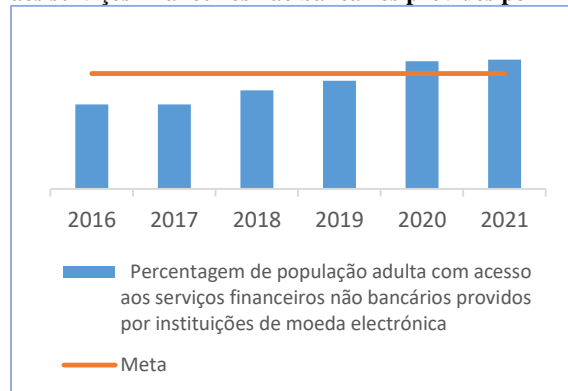


Gráfico 23 - Distritos com pelo menos um ponto de acesso aos serviços financeiros formais

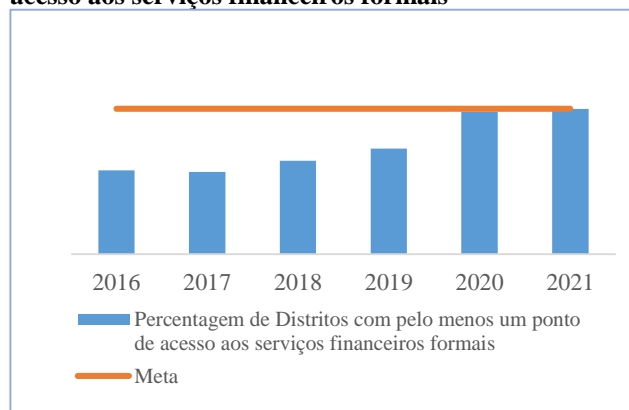
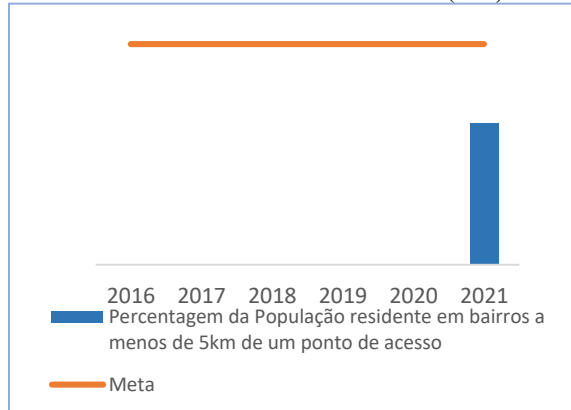


Gráfico 24 - População residente em bairros a menos de 5 km do local de residência ou trabalho (GIS)



Fonte: BM

8.1.2. Metas Específicas

A tabela 16, abaixo, apresenta o grau de cumprimento das metas específicas de inclusão financeira no país, a 31 de Dezembro de 2021.

Tabela 111: Nível de Execução das Metas Específicas de Inclusão Financeira em 2021

Dimensão	Indicador		2015 (ano base)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Meta 2022	Desvio em Relação a meta 2022
											BM
Proximidade de (acesso físico)	Pontos de acesso aos serviços financeiros	Agências bancárias	4.6	4.5	4.4	4.5	4.7	4.8	4.4	5.2	(0.8)
		Agentes bancários	n.a.	1.5	1.6	1.9	10.6	8.2	6.4	44.9	(38.5)
		ATM	11.4	11.5	11.6	13.1	11.0	10.5	9.6	15.4	(5.8)

Dimensão	Indicador	2015 (ano base)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Meta 2022	Desvio em Relação a meta 2022	
		BM									
por cada 100.000 adultos	POS	160.2	175.3	207.0	207.0	229.2	224.3	216.8	250.2	(33.4)	
	Agentes de IME	129.7	176.3	195.0	277.0	350.6	426.9	555.5	473.2	82.3	
	Pontos de acesso aos serviços financeiros por cada 10.000 km ²	Agências bancárias	7.7	8.2	8.2	8.7	9.6	10.1	9.4	10	(0.6)
		Agentes bancários	n.a.	2.7	3.1	3.7	21.8	17.2	13.7	50	(36.3)
		ATM	19.7	21.0	21.8	25.6	22.5	21.9	20.5	28.5	(8.0)
		POS	275.9	320.3	389.9	402.9	470.6	468.5	462.3	396.8	65.5
		Agentes de IME	223.4	322.2	367.2	539.5	719.9	891.7	1184.6	525	659.6
Proporção de distritos com pelo menos um ponto de acesso aos serviços financeiros	55.1%	58.0%	60.0%	64.3%	72.7%	98%	100.0%	100.0%	0%		
Proporção da população vivendo nos distritos com pelo menos um ponto de acesso	74.3%	94.0%	97.8%	97.1%	99.0%	99%	100.0%	100.0%	0%		
Acesso a contas e uso	Proporção da população adulta com uma conta de depósito em uma instituição financeira formal	25.1%	36.0%	32.5%	32.7%	30.5%	31.4%	31.3%	45.0%	-14%	
	Proporção de homens adultos com uma conta de depósito em uma instituição financeira formal	35.6%	49.2%	45.9%	46.0%	40.9%	42.7%	42.4%	54.5%	-12%	
	Proporção de mulheres adultas com uma conta de depósito em uma instituição financeira formal	14.6%	20.8%	18.7%	18.8%	19.3%	19.6%	19.1%	35.5%	-16%	
	Proporção da população adulta com uma conta de crédito em uma instituição financeira formal	5.1%	5.2%	5.7%	6.3%	6.9%	7.8%	8.3%	10.5%	-2%	
	Proporção de homens adultos com uma conta de crédito em uma instituição financeira formal	6.7%	7.1%	8.5%	8.8%	9.6%	10.7%	5.3%	12.0%	-7%	
	Proporção de mulheres adultas com uma conta de crédito em uma instituição financeira formal	3.5%	3.0%	3.6%	3.6%	4.5%	4.9%	11.7%	9.0%	3%	
	População adulta com uma conta de moeda electrónica activa	23.1%	47.0%	41.1%	51.3%	56.3%	66.4%	67.2%	60.0%	7%	
	Homens adultos com uma conta de moeda electrónica activa (percentagem)	30.0%	35.7%	59.0%	68.9%	75.0%	87.5%	85.9%	70.0%	16%	
	Mulheres adultas com uma conta de moeda electrónica activa (percentagem)	16.2%	43.3%	30.0%	34.9%	38.9%	47.4%	50.1%	50.0%	0%	
	Contas de depósito numa instituição financeira formal por cada 100 mil adultos	29.1	36.0	32.5	32.7	30.5	31.4	31.3	40	-9	
	Contas de crédito numa instituição financeira formal por cada 100 mil adultos	6.4	5.2	5.7	6.3	6.9	7.8	8.3	10	-1.7	
	Crédito à agricultura em proporção do total do crédito bancário à economia	3%	n.a.	n.d	n.d	0%	2%	2.0%	5%	-3%	
	Depósitos em bancos em proporção do PIB	46.4%	48.0%	43.0%	44.1%	44.1%	54.2%	53.0%	72.0%	-19%	
	Crédito bancário em proporção do PIB	34.9%	37.9%	28.0%	24.8%	24.2%	24.6%	24.2%	53.0%	-29%	
	Saldo em contas de IME em proporção do PIB	0.1%	0.2%	0.2%	0.4%	0.5%	0.6%	0.8%	6.0%	0	
	Proporção da população adulta com algum produto de seguro	7.0%	n.a.	8.0%	8.0%	8.0%	11.0%	n.a.	15.0%	0	
Capitalização bolsista em proporção do PIB	7.8%	9.0%	8.9%	8.6%	10.0%	11.2%	18.9%	9.2%	0		

Dimensão	Indicador	2015 (ano base)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Meta 2022	Desvio em Relação a meta 2022
		BM								
	Proporção de operadores de bolsa em relação a bancos	50.0%	52.6%	53.0%	61.0%	66.7%	61.0%	7.0%	65.0%	-58%
	Número de investidores que utilizam produtos e serviços financeiros do mercado de capitais	5,000	6,000	7,500	7,673	22,150	23,301	23,613	12,000	11,613
Educação financeira	Número de produtos financeiros com os quais os adultos estão familiarizados	3.3	n.a.	4	4	4	4	4	7	-3
	Número de questões de conceitos básicos financeiros respondidas correctamente	3.7	n.a.	3	34	34	34	n.a.	7	27
	Número de estudantes familiarizados com os produtos do mercado de capitais	500	1200	1,701	2,500	1,200	1,200	n.a.	10,000	-8,800

Fonte: BM, BVM e ISSM

Notas: ajustado conforme as recomendações do Relatório de Revisão de Médio Termo da ENIF, do Banco Mundial.

[1] A proxy utilizada para o cálculo deste indicador é o número de contas bancárias em percentagem da população adulta total.

[2] A proxy utilizada para o cálculo deste indicador é o número de contas bancárias de população masculina em percentagem da população adulta masculina.

[3] A proxy utilizada para o cálculo deste indicador é o número de contas bancárias de população feminina em percentagem da população adulta feminina.

[4] A proxy utilizada para o cálculo deste indicador é o número de contas abertas junto das IME em percentagem da população adulta.

[5] A proxy utilizada para o cálculo deste indicador é o número de contas abertas por indivíduos do género masculino junto das IME em percentagem da população adulta masculina.

[6] A proxy utilizada para o cálculo deste indicador é o número de contas abertas por indivíduos do género feminino junto das IME em percentagem da população adulta feminina.

9. CONCLUSÃO

A. Grau de Cumprimento das Acções Inscritas no Plano de Acções da ENIF 2016-2022

Em 2021 foram registados progressos das acções programadas:

- 1) Do conjunto das 54 acções inscritas no Plano de Acções da ENIF 2016-2022, até 2021, **17 acções (31%) foram realizadas, 21 acções (39%) encontram-se em curso, quatro ainda não foram iniciadas (7%) e 12 acções (22%) são de carácter permanente.**
- 2) No que tange a bancarização, medida pelo número de contas bancárias por 1000 adultos, em 2021, foram registadas cerca de 315 contas bancárias por cada 1000 adultos, contra 314 em 2020, expresso pelo incremento de número de contas bancárias de 5.116.741, em 2020, para 5.293.240, em 2021, ou seja, um aumento em 176.501 contas, representando uma subida de 3,4%. Esteve na origem deste incremento, a expansão das contas em moeda electrónica, por conta da qual, em 2021, o país passou a contar com 67,2% da sua população adulta com uma conta de moeda electrónica aberta junto das IME, contra 66,4%, em 2020 e contra 31,5% da população adulta com uma conta, junto das instituições de crédito e poupança.
- 3) No capítulo da dinamização das tecnologias financeiras (*fintechs*), em 2021, decorreu o encerramento da segunda edição do Sandbox Regulatório do BM, da qual foram aprovadas duas *fintechs*. Em Novembro do mesmo ano, foi lançada a terceira edição do sandbox regulatório do BM, contando com a participação de dez *fintechs*.
- 4) O financiamento rural registou progressos significativos. A iniciativa "Um distrito um banco" do MITADER proporcionou, entre 2016 e 2021, a abertura de 45 agências bancárias nos distritos. Por sua vez, o Projecto SUSTENTA, na campanha agrária 2020/2021, beneficiou 103 distritos, em oito províncias do país e abrangendo, de forma directa e indirecta, um total de 291.241 beneficiários.

- 5) Até 2021, o mercado de seguro e pensões operou com 21 seguradoras (13 seguradoras que exploram os ramos *Não Vida*, quatro que exploram exclusivamente o ramo *Vida* e outras quatro que exploram cumulativamente os dois ramos). O sector continua a envidar esforços para a dinamização do mercado de microseguro.
- 6) No ramo do mercado de capitais, a capitalização bolsista apresentou uma taxa de crescimento de 18,9% face ao ano 2020.
- 7) À luz da digitalização de pagamentos do Estado, elevou-se para pouco mais de 184 mil pensionistas que receberam as suas pensões via transferências bancárias, ao nível do Projecto de Sistema Único Centralizado de pagamento de pensões, em implementação pelo INPS, o que eleva para 95% dos pensionistas a receberem as suas pensões via transferências. Similarmente, cerca de 17 mil beneficiários dos Pagamentos Digitais de Protecção Social, receberam transferências digitais pelo INAS.

B. Desafios

Apesar dos desenvolvimentos notáveis registados ao longo de 2021, persistem ainda alguns desafios para o alcance efectivo dos objectivos e metas definidas na ENIF, a salientar os seguintes desafios de âmbito legal e regulamentar:

- a. **Regulamentação do KYC por níveis:** elaborada a proposta de regulamentação de KYC por níveis com assistência técnica da AFI - a sua aprovação está condicionada à conclusão da revisão da Lei n.º 14/2013, de 12 de Agosto, Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.
- b. **Quadro de licenciamento e supervisão das *fintechs*:** elaborada a proposta de normativo que visa a criação e estabelecimento do regime jurídico dos provedores de serviços financeiros de base tecnológica (*fintech*) – por aprovar ao nível do BM.
- c. **Regime geral de contas bancárias:** elaborada a proposta de Lei que visa, entre outros: (i) reduzir a idade mínima para abertura de conta, dos actuais 21 anos para 18 anos; e (ii) institucionalizar a conta bancária básica ou simplificada, com enfoque para as populações mais carenciadas e para as zonas rurais: - carece de aprovação.

Por outro lado, o aumento do nível de cobertura da infra-estrutura de suporte à telefonia móvel é fundamental para o aumento dos níveis de inclusão financeira, considerando que, em 2021, o número de utilizadores deste serviço aumentou significativamente.

ANEXOS

ANEXO 1: Distribuição de Pontos de Acesso pelos 154 Distritos de Moçambique (2021)

Distrito	Agências		Agentes Bancários		Agências Microbancos e Cooperativas de Crédito		Agentes Não Bancários (IME)		Representações		Delegações e Balcões		ATM		POS		TOTAL	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021
Cidade de Maputo	231	224	364	169	20	15	16.517	21.079	784	928	29	27	538	515	14.818	13.996	33.301	36.953
Provincia de Maputo	73	69	112	44	20	19	14.273	19.466	124	344	22	27	225	216	5.759	5.593	20.608	25.778
Matola	44	42	98	34	5	5	11.283	14.738	98	253	6	10	155	148	3.570	3.382	15.259	18.612
Boane	9	7	0	0	3	3	832	1.263	11	49	0	0	17	18	802	827	1.674	2.167
Magude	6	1	1	1	3	2	50	84	1	2	0	0	2	2	76	67	139	159
Manhiça	1	6	4	3	2	2	536	831	1	2	0	0	18	18	175	164	737	1.026
Marracuene	2	3	4	2	3	1	1.167	1.924	10	32	0	0	13	14	549	607	1.748	2.583
Matutuine	3	2	5	4	1	3	82	146	1	2	3	3	5	3	357	319	457	482
Namaacha	1	1	0	0	1	1	101	160	1	1	8	8	2	2	107	116	221	289
Moamba	7	7	0	0	2	2	222	320	1	3	5	6	13	11	123	111	373	460
Gaza	36	35	92	103	4	4	3.335	5.015	36	48	7	11	81	79	1.476	1.167	5.067	6.462
Xai-Xai	15	14	63	68	3	3	1.528	1.671	21	25	4	6	32	34	496	591	2.162	2.412
Bilene	5	5	3	2	0	0	462	683	2	6	1	3	13	12	169	207	655	918
Chibuto	2	2	4	3	0	0	414	497	3	3	0	0	6	6	58	87	487	598
Chicualacuála	1	1	0	1	0	0	43	69	2	2	0	0	2	2	146	12	194	87
Chigubo	1	1	2	1	0	0	3	21	0	0	0	0	1	1	342	5	349	29
Chókwè	6	6	3	3	1	1	497	678	4	4	1	1	13	13	72	140	597	846
Guijá	1	1	3	5	0	0	41	93	1	1	0	0	1	1	27	20	74	121
Mabalane	1	1	0	1	0	0	56	86	0	0	0	0	2	2	49	10	108	100
Manjacaze	2	2	8	10	0	0	241	478	1	3	0	0	4	5	47	67	303	565
Massangena	0	0	3	4	0	0	10	83	0	0	0	0	0	0	34	10	47	97
Massingir	1	1	0	1	0	0	39	103	2	2	1	1	2	2	36	18	81	128
Chonguene	0	0	1	1	0	0	0	247	0	2	0	0	4	0	0	0	5	250
Limpopo	0	1	2	1	0	0	1	117	0	0	0	0	1	1	0	0	4	120
Mapai	1	0	0	2	0	0	0	189	0	0	0	0	0	0	0	0	1	191
Inhambane	35	35	140	139	7	5	4.639	6.728	45	52	5	11	83	84	1.665	1.524	6.619	8.578
Inhambane	6	6	41	118	2	1	813	1.045	13	16	1	1	17	17	465	425	1.358	1.629
Maxixe	8	8	18	4	3	2	741	1.008	13	12	3	6	21	20	354	318	1.161	1.378
Funhaloro	1	1	0	0	0	0	124	162	0	0	0	0	2	2	40	37	167	202
Govuro	1	1	3	3	0	0	46	113	0	0	0	0	2	2	24	26	76	145
Homoine	1	1	9	1	0	0	177	272	0	1	0	0	2	2	24	22	213	299
Inharrime	2	2	1	0	0	0	268	462	1	2	0	0	5	4	54	48	331	518
Inhassoro	3	3	1	1	0	0	163	298	0	0	0	0	5	6	82	81	254	389
Jangamo	1	1	1	1	0	0	220	345	0	0	0	0	2	2	48	36	272	385
Mabote	1	1	1	1	0	0	44	107	4	4	0	0	2	2	38	34	90	149
Massinga	2	2	20	1	1	1	617	867	2	3	1	3	6	7	131	124	780	1.008
Morrumbene	2	2	35	6	1	1	241	367	0	1	0	0	5	5	62	55	346	437
Panda	1	1	7	1	0	0	113	154	0	0	0	0	1	1	15	10	137	167
Vilankulo	4	4	3	1	0	0	790	1.039	10	11	0	1	9	10	280	260	1.096	1.326
Zavala	2	2	0	1	0	0	282	489	2	2	0	0	4	4	48	48	338	546

	Agências		Agentes Bancários		Agências Microbancos e Cooperativas de Crédito		Agentes Não Bancários (IME)		Representações		Delegações e Balcões		ATM		POS		TOTAL	
Sofala	57	54	69	78	8	8	5.308	7.044	25	37	13	9	146	132	2.885	2.514	8.511	9.876
Beira	40	38	52	61	6	6	3.800	4.770	17	27	13	9	109	99	2.514	2.092	6.551	7.102
Buzi	1	1	3	3	0	0	124	136	2	2	0	0	2	2	39	105	171	249
Caia	2	1	0	0	1	1	219	361	2	1	0	0	3	0	35	18	262	382
Chemba	1	1	0	0	0	0	49	55	0	0	0	0	2	2	12	23	64	81
Cheringoma	1	1	1	1	0	0	19	43	1	1	0	0	2	2	15	15	39	63
Chibabava	2	2	1	1	0	0	61	112	1	1	0	0	4	4	28	14	97	134
Dondo	5	5	3	4	1	1	481	625	0	0	0	0	12	12	116	121	618	768
Gorongoz	1	1	2	2	0	0	120	188	0	0	0	0	2	2	25	26	150	219
Machanga	1	1	0	0	0	0	8	19	0	0	0	0	1	1	12	10	22	31
Maringue	0	0	1	1	0	0	17	80	0	1	0	0	0	0	10	11	28	93
Marromeu	1	1	1	1	0	0	119	196	0	1	0	0	3	3	28	38	152	240
Muanza	1	1	0	0	0	0	10	25	1	1	0	0	1	1	4	6	17	34
Nhamatanda	1	1	5	4	0	0	281	434	1	2	0	0	5	4	47	35	340	480
Manica	29	28	162	163	10	10	3.589	5.175	11	16	13	11	64	64	1.367	1.197	5.245	6.664
Chimoio	18	17	125	125	7	7	1.803	2.495	8	11	5	3	42	40	510	871	2.518	3.569
Bárué	1	1	4	4	1	1	196	311	0	0	0	0	2	4	514	33	718	354
Gondola	2	2	3	3	0	0	431	589	1	1	0	0	4	4	59	63	500	662
Guro	1	1	0	0	0	0	118	134	0	1	0	0	2	2	15	7	136	145
Machaze	1	1	4	4	0	0	60	108	0	1	0	0	1	1	33	28	99	143
Macossa	0	0	3	3	0	0	3	27	0	2	0	0	0	0	18	8	24	40
Manica	3	3	5	7	2	2	521	733	2	0	5	5	6	6	155	119	699	875
Vanduzi	1	1	4	0	0	0	130	252	0	0	0	0	2	2	0	5	137	260
Mossurize	1	1	0	7	0	0	174	236	0	0	3	3	2	2	1	36	181	285
Sussundenga	1	0	8	2	0	0	16	38	0	0	0	0	2	1	32	23	59	64
Tambara	0	0	2	4	0	0	0	16	0	0	0	0	1	0	26	4	29	24
Macate	0	1	4	4	0	0	137	236	0	0	0	0	0	2	4	0	145	243
Tete	41	41	74	73	6	7	4.515	6.151	20	38	27	20	109	105	1.919	2.348	6.711	8.783
Tete	22	21	40	39	5	4	2.897	3.680	15	28	12	8	66	62	879	1.396	3.936	5.238
Angónia	4	4	0	0	1	3	240	353	0	0	3	2	8	8	118	610	374	980
Cahora-Bassa	3	3	1	1	0	0	225	328	4	5	1	1	7	5	38	68	279	411
Changara	2	2	0	1	0	0	135	244	0	1	3	2	2	2	6	53	148	305
Chifunde	1	1	1	1	0	0	8	11	0	1	0	0	2	2	9	8	21	24
Chiuta	1	1	0	0	0	0	40	103	0	0	1	1	2	2	633	7	677	114
Macanga	1	1	15	16	0	0	141	189	1	2	0	0	5	5	16	13	179	226
Mágoe	0	0	3	3	0	0	200	228	0	0	1	1	0	0	16	17	220	249
Maravia	1	1	5	5	0	0	42	64	0	0	0	0	2	2	22	20	72	92
Moatize	4	4	2	2	0	0	427	634	0	1	3	2	12	13	146	64	594	720
Mutarara	1	1	0	0	0	0	145	175	0	0	0	0	2	2	24	70	172	248
Tsangano	1	1	1	0	0	0	10	64	0	0	2	2	1	1	6	15	21	83
Zumbo	0	1	3	2	0	0	4	18	0	0	1	1	0	1	6	7	14	30
Marara	0	0	1	2	0	0	0	52	0	0	0	0	0	0	0	0	1	54
Dôa	0	0	2	1	0	0	1	8	0	0	0	0	0	0	0	0	3	9
Zambézia	34	34	48	47	6	6	5.022	6.597	23	28	8	11	111	104	1.348	1.824	6.600	8.651
Quelimane	13	13	30	30	3	3	2.395	2.833	15	19	4	7	57	51	334	894	2.851	3.850
Alto Molócuè	2	2	0	0	0	0	325	435	3	3	0	0	6	6	46	336	382	782
Chinde	0	0	7	7	0	0	4	8	0	0	0	0	0	0	377	46	388	61

	Agências		Agentes Bancários		Agências Microbancos e Cooperativas de Crédito		Agentes Não Bancários (IME)		Representações		Delegações e Balcões		ATM		POS		TOTAL	
Gurúê	2	2	0	0	2	2	394	519	2	2	1	1	7	7	40	29	448	562
Ile	1	1	1	1	0	0	86	105	0	0	0	0	1	1	52	49	141	157
Inhassunge	0	0	1	1	0	0	18	29	1	1	0	0	0	0	14	7	34	38
Lugela	0	0	1	1	0	0	30	57	0	0	0	0	0	0	9	17	40	75
Gilé	1	1	0	0	0	0	31	82	0	0	0	0	2	2	21	22	55	107
Maganja da Costa	1	1	0	0	0	0	108	147	0	0	0	0	2	2	38	21	149	171
Milange	2	2	0	0	0	0	213	361	0	0	2	2	7	6	54	39	278	410
Mocuba	6	6	1	1	1	1	665	795	0	1	1	1	16	16	174	80	864	901
Mopeia	1	1	0	0	0	0	113	147	0	0	0	0	2	2	36	121	152	271
Morrumbala	1	1	1	1	0	0	206	268	0	0	0	0	2	2	43	43	253	315
Namacurra	1	1	0	0	0	0	79	162	0	0	0	0	2	2	15	25	97	190
Namarroi	0	0	1	0	0	0	13	30	0	0	0	0	0	0	19	19	33	49
Nicoadala	1	1	1	2	0	0	253	364	0	0	0	0	4	3	32	17	291	387
Pebane	1	1	2	2	0	0	88	149	1	1	0	0	1	1	44	38	137	192
Luabo	0	1	1	1	0	0	1	51	1	1	0	0	0	2	0	21	3	77
Mulevala	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Mocubela	0	0	0	0	0	0	0	36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36
Derre	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Molumbo	1	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2	1	0	0	4	3
Nampula	81	78	256	255	10	9	8.055	11.041	31	51	13	14	197	182	3.406	4.333	12.049	15.963
Nampula	35	33	146	148	6	6	5.669	6.902	18	36	7	8	107	96	1.126	2.343	7.114	9.572
Nacala-Porto	16	16	47	46	4	3	645	820	2	3	5	5	35	32	622	1.324	1.376	2.249
Angoche	2	2	8	7	0	0	235	409	2	2	1	1	2	2	1.175	283	1.425	706
Ilha de Moçambique	2	2	0	0	0	0	101	176	3	1	0	0	5	5	52	36	163	220
Lalaua	1	1	1	1	0	0	14	31	0	0	0	0	2	2	3	23	21	58
Malema	2	2	2	2	0	0	114	261	1	1	0	0	4	4	37	10	160	280
Meconta (Namialo)	2	2	3	2	0	0	189	277	0	0	0	0	5	5	42	30	241	316
Mecuburi	2	2	0	0	0	0	46	102	0	0	0	0	3	3	19	31	70	138
Memba	1	1	1	1	0	0	24	91	0	0	0	0	2	1	10	8	38	102
Mogincual	1	1	9	8	0	0	13	86	0	0	0	0	1	1	13	13	37	109
Mogovolas	1	1	15	15	0	0	150	271	0	0	0	0	2	2	12	9	180	298
Moma	2	2	5	5	0	0	124	382	1	0	0	0	4	4	40	23	176	416
Monapo	2	2	0	0	0	0	157	210	0	0	0	0	5	5	29	26	193	243
Mossuril	1	1	0	0	0	0	32	86	2	2	0	0	3	3	19	30	57	122
Muecate	1	1	3	3	0	0	42	75	0	0	0	0	1	1	6	10	53	90
Murrupula	1	1	0	0	0	0	60	114	1	1	0	0	2	2	25	13	89	131
Nacala-Velha	2	2	3	4	0	0	83	105	0	3	0	0	4	4	54	28	146	146
Nacarao	1	1	1	1	0	0	32	67	0	0	0	0	1	1	11	24	46	94
Erati	1	1	3	3	0	0	128	162	0	0	0	0	2	2	29	13	163	181
Rapale	1	0	0	0	0	0	19	97	0	0	0	0	1	1	16	19	37	117
Ribaué	3	3	7	7	0	0	178	317	1	2	0	0	6	6	66	14	261	349
Larde	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	23	1	24
Liúpo	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	2
Cabo-Delgado	40	40	9	10	1	2	2.711	3.510	32	35	6	6	91	84	1.239	1.597	4.129	5.284
Pemba	17	17	2	4	1	2	1.469	1.778	29	29	5	5	46	45	413	883	1.982	2.763
Ancuabe	1	1	0	0	0	0	65	127	0	0	0	0	1	1	40	389	107	518
Balama	2	2	0	0	0	0	36	76	0	0	0	0	5	5	43	34	86	117

	Agências		Agentes Bancários		Agências Microbancos e Cooperativas de Crédito		Agentes Não Bancários (IME)		Representações		Delegações e Balcões		ATM		POS		TOTAL	
Chiúre	2	2	2	0	0	0	204	242	0	0	0	0	4	4	397	21	609	269
Ibo	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	10	18	10	23
Macomia	1	1	0	0	0	0	54	67	0	1	0	0	0	0	17	9	72	78
Mecufi	1	1	0	0	0	0	25	39	0	0	0	0	1	1	7	13	34	54
Meluco	0	0	2	2	0	0	81	101	0	0	0	0	0	0	3	4	86	107
Mocimboa da Praia	3	3	0	0	0	0	132	116	0	0	0	0	2	2	63	35	200	156
Montepuez	3	3	0	0	0	0	354	511	3	5	1	1	10	10	120	36	491	566
Mueda	3	3	0	2	0	0	191	247	0	0	0	0	6	7	13	74	213	333
Muidumbe	1	1	0	0	0	0	11	15	0	0	0	0	0	0	3	14	15	30
Namuno	1	1	0	0	0	0	28	67	0	0	0	0	2	2	17	7	48	77
Nangade	1	1	1	1	0	0	3	22	0	0	0	0	2	0	12	8	19	32
Palma	3	3	0	0	0	0	46	46	0	0	0	0	10	5	48	15	107	69
Metuge	1	1	2	1	0	0	1	38	0	0	0	0	2	2	28	33	34	75
Quissanga	0	0	0	0	0	0	11	13	0	0	0	0	0	0	5	4	16	17
Niassa	27	27	16	18	4	4	1.584	2.891	7	9	5	6	65	66	658	864	2.366	3.885
Lichinga	10	10	9	9	2	2	898	1.243	5	6	1	3	30	29	209	457	1.164	1.759
Cuamba	6	6	0	1	0	0	328	467	2	3	1	1	16	16	91	238	444	732
Lago	2	2	0	0	0	0	18	125	0	0	0	0	3	3	9	47	32	177
Chimbonila	1	1	0	0	1	0	0	55	0	0	1	0	1	1	0	11	4	68
Manjune	1	1	0	2	0	0	5	221	0	0	0	0	1	4	219	9	226	237
Mandimba	1	1	2	1	0	0	112	168	0	0	2	2	2	2	11	12	130	186
Marrupa	1	1	1	2	0	0	42	106	0	0	0	0	2	2	6	21	52	132
Maúá	1	1	2	0	0	0	33	49	0	0	0	0	2	2	22	16	60	68
Mavago	1	1	0	1	0	0	1	131	0	0	0	0	2	3	10	5	14	141
Mecanhelas	1	1	0	0	0	0	55	28	0	0	0	0	3	2	16	24	75	55
Mecula	1	0	0	0	0	0	6	62	0	0	0	0	2	0	37	2	46	64
Metarica	0	0	0	1	0	0	15	115	0	0	0	0	0	0	8	3	23	119
Muembe	0	0	1	1	0	1	40	57	0	0	0	0	0	0	3	4	44	63
N'gauma	0	1	1	0	1	0	15	29	0	0	0	0	0	1	6	6	23	37
Nipepe	1	0	0	0	0	0	16	23	0	0	0	0	1	0	10	6	28	29
Sanga	0	1	0	0	0	1	0	12	0	0	0	0	0	1	1	3	1	18
Total de Pontos de Acesso	684	665	1.342	1.099	96	89	69.548	94.697	1.138	1.586	148	153	1.710	1.631	36.540	36.957	111.206	136.877

Fonte: INE, BM, ISSM

Notas: Não inclui operadores de bolsa, com vista a evitar a sobrecontagem, uma vez que os mesmos coincidem com instituições bancárias.

ANEXO 2: Legislação Relevante para a Inclusão Financeira

REFERÊNCIA	MATÉRIA	ACESSO ELECTRÓNICO
SECTOR BANCÁRIO		
LEIS E DECRETOS-LEIS		
Lei n.º 20/2020, de 31 de Dezembro	Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras revoga a Lei n.º 15/99, de 1 de Novembro, e a Lei n.º 9/2004, de 21 de Julho.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=14
Lei n.º 19/2018, de 28 de Dezembro	Lei das Garantias Mobiliárias	
Lei n.º 6/2015, de 6 de Outubro de 2015	Cria o sistema de informação de crédito de gestão privada.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=14
Lei n.º 14/2013, de 12 de Agosto	Lei de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e Financiamento ao Terrorismo e que revoga a Lei n.º 7/2002, de 5 de Fevereiro.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=14
DECRETOS		
Decreto n.º 99/2019, de 31 de Dezembro	Estabelece o Regime Jurídico das Empresas Prestadoras de Serviços de Pagamentos	http://www.bancomoc.mz/fmpgTab1.aspx?id=13
Decreto n.º 7/2020, de 10 de Março	Regulamento da Lei das Garantias Mobiliárias (Lei n.º 19/2018, de 28 de Dezembro)	
Decreto n.º 11/2016, de 16 de Maio	Regulamento da Lei n.º 6/2015, de 6 de Outubro, Lei do Sistema de Informação de Crédito de Gestão Privada.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=13
Decreto n.º 66/2014, de 29 de Outubro	Regulamento da Lei n.º 14/2013, de 12 de Agosto, que estabelece o regime jurídico e as medidas de prevenção e repressão em relação à utilização do sistema financeiro e das entidades não financeiras para efeitos de branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo e de crimes conexos.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=13
Decreto n.º 30/2014, de 5 de Junho	Altera a epígrafe da subsecção IV da secção II e os artigos 10 e 11 do Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto n.º 56/2004, de 10 de Dezembro.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=13

REFERÊNCIA	MATÉRIA	ACESSO ELECTRÓNICO
Decreto n.º 49/2010, de 11 de Novembro	Cria o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) e aprova o respectivo regulamento.	
Decreto n.º 56/2004, de 10 de Dezembro	Regulamento da Lei das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e revoga os Decretos n.º 45/94, de 12 de Outubro e n.º 11/2001, de 20 de Março.	www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=13
Decreto n.º 57/2004, de 10 de Dezembro	Regulamento das Microfinanças e revoga o Decreto n.º 47/98, de 22 de Setembro	www.salcaldeira.com/index.php/en/component/docman/doc_download/137-decreto-n-57-2004-regulamento-das-microfinancas .
DIPLOMAS MINISTERIAIS		
Diploma Ministerial n.º 62/2016, de 21 de Setembro	Critérios e metodologias para o cálculo da contribuição anual periódica, a entregar ao FGD pelas instituições de crédito autorizadas a captar depósitos e sujeitas à supervisão prudencial do BM.	
Diploma Ministerial n.º 61/2016, de 21 de Setembro	Limite da garantia a reembolsar pelo FGD	
Diploma Ministerial n.º 223/2013, de 23 de Setembro	Critérios e modalidades de rateamento pelas instituições de crédito participantes da contribuição para o fundamento inicial do FGD.	
Diploma Ministerial n.º 222/2013, de 23 de Setembro	Plano de Contas do FGD.	
AVISOS DO BANCO DE MOÇAMBIQUE		
Aviso n.º 10/GBM/2020, de 17 de Dezembro	Regulamento para o Exercício da Actividade do Agente Bancário	http://www.bancomoc.mz/fm_pgtab1.aspx?id=8
Aviso n.º 7/GBM/2020, de 17 de Dezembro	Regulamento de Tratamento de Reclamações	http://www.bancomoc.mz/fm_pgtab1.aspx?id=8
Aviso n.º 05/GBM/2020, de 13 de Abril	Obrigatoriedade de Captação e Envio de Coordenadas Geográficas dos Pontos de Acesso aos Serviços Financeiros	http://www.bancomoc.mz/fm_pgtab1.aspx?id=8
Aviso n.º 03/GBM/2020, de 27 de Março	Capitais Mínimos das Empresas Prestadoras de Serviços de pagamento, nas	http://www.bancomoc.mz/fm_pgtab1.aspx?id=8

REFERÊNCIA	MATÉRIA	ACESSO ELECTRÓNICO
	categorias de Agregadores de Pagamento e Transferência de Fundos.	
Aviso n.º 19/GBM/2017, de 26 de Dezembro	Altera o Artigo n.º 7 do Aviso n.º 13/GBM/2017 de 9 de Junho.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 13/GBM/2017, de 9 de Junho	Regime de Comissões e Encargos relativos a Serviços Financeiros e respectiva Nomenclatura e revoga o Aviso n.º 5/GBM/2009, de 10 de Junho.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 5/GBM/2016, de 14 de Novembro	Informação que as Centrais de Informação de Crédito devem enviar periodicamente ao BM para efeitos de supervisão da sua actividade.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 4/GBM/2016, de 14 de Novembro	Taxa de processamento do pedido de licença e a taxa anual de licença das centrais de informação de crédito.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 6/GBM/2015, de 31 de Dezembro	Medidas de protecção de fundos recebidos dos clientes em troca de moeda electrónica emitida pelas IME.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 4/GBM/2015, de 17 de Junho	Directrizes sobre Prevenção e Repressão do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 3/GBM/2015, de 4 de Maio	Regime de Acesso e Exercício de Actividade Agentes Bancários.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 2/GBM/2015, de 22 de Abril	Ligação à rede única nacional de pagamentos electrónicos.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 1/GBM/2015, de 22 de Abril	Regras e Critérios de abertura e encerramento de Agências de Bancos.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Aviso n.º 4/GBM/2009, de 4 de Março	Regulamento dos Serviços de Atendimento de Reclamações, Pedidos de Informações e Sugestões.	http://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=8
Circulares – Banco de Moçambique		
Circular n.º 2/EFI/2020, de 23 de Março	Restruturação de crédito no âmbito da Pandemia da COVID-19	https://www.bancomoc.mz/fm_pgTab1.aspx?id=9

REFERÊNCIA	MATÉRIA	ACESSO ELECTRÓNICO
Circular n.º 1/OEP/2018, de 19 de Janeiro	Modelos de estrutura dos preçários completo e simplificado e instruções de preenchimento.	
Circular n.º 2/OEP/2018, de 19 de Janeiro	Condições gerais de Contratação e Utilização do Terminal de Pagamentos Automático.	
SECTOR DE SEGUROS		
LEIS E DECRETOS-LEIS		
Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro	Regime Jurídico dos Seguros.	http://www.issm.gov.mz/index.php/en/2014-09-23-09-14-49/seguos
DECRETOS		
Decreto n.º 30/2011, de 11 de Agosto	Regulamento das Condições de Acesso e de Exercício da Actividade Seguradora e da respectiva mediação.	http://www.issm.gov.mz/index.php/en/2014-09-23-09-14-49/seguos
DIPLOMAS MINISTERIAIS		
Diploma Ministerial n.º 59/2017, de 15 de Setembro	Estabelece o reajuste dos valores do capital mínimo de cobertura do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil Automóvel.	www.issm.gov.mz/index.php/2014-09-23-09-14-49/seguos
AVISOS – INSTITUTO DE SUPERVISÃO DE SEGUROS DE MOÇAMBIQUE		
Aviso n.º 3/2021, de 25 de Março	Actualização dos Valores Mínimos do Capital Social das Entidades Habilitadas ao Exercício da Actividade Seguradora.	http://www.issm.gov.mz/index.php/en/2014-09-23-09-14-49/seguos/85-legislacao
Aviso n.º 3/ISSM/2015, de 30 de Junho	Estabelece os limites de valor para o capital em risco nos ramos de seguro, no segmento do microsseguro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 52 do Regime Jurídico dos Seguros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro.	www.http://www.portaldogoverno.gov.mz/.../BR+51+III+SERIE+2.%C2%BA+SUPLEMENTO+2015.pdf
SECTORES AFINS QUE CONCORREM PARA INCLUSÃO FINANCEIRA		
LEIS E DECRETOS-LEIS		
Lei n.º 3/2017, de 9 de Janeiro	Lei das Transacções Electrónicas.	www.portaldogoverno.gov.mz/.../LEI DE TRANSACCOES ELECTRONICAS.pdf

REFERÊNCIA	MATÉRIA	ACESSO ELECTRÓNICO
Lei n.º 26/2014, de 23 de Setembro	Em relação à revisão da Lei n.º 2/96, de 4 de Janeiro, que Regulamenta e Disciplina o Direito de Apresentar Petições, Queixas e Reclamações Perante Autoridade Competente.	www.salcaldeira.com/index.php/pt/publicacoes/artigoss/doc_download/882-decreto-n-27-2014-estabelece-o-regime-especifico-de-tributacao-e-de-beneficios-fiscais-das-operacoes-petroliferas+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=mz
Lei n.º 22/2009, de 28 de Setembro	Aprova a Lei de Defesa do Consumidor	www.salcaldeira.com/index.php/pt/publicacoes/artigoss/doc_download/906-lei-n-22-2009-lei-de-defesa-do-consumidor
DECRETOS		
Decreto n.º 27/2016, de 18 de Julho	Aprova o Regulamento da Lei da Defesa do Consumidor.	www.salcaldeira.com/index.php/pt/publicacoes/artigoss/doc_download/913-decreto-n-27-2016-aprova-o-regulamento-da-lei-de-defesa-do-consumidor+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=mz